



# PREGÃO ELETRÔNICO

90082/2024 PL 252/2024 RP 050/2024

## CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (984637)

## OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de brinquedos e recreação infantil atendendo aos eventos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Itabirito.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.071.796,64 (um milhão, setenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/01/2025 às 13h (horário de Brasília)

## PORTAL ELETRÔNICO

COMPRAS.GOV.BR disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO



EDITAL		
<b>Pregão Eletrônico nº 90082/2024</b>	<b>Data de abertura: 08/01/2025 às 13:00hrs</b> no sítio <a href="http://www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a>	
<b>Processo nº 252/2024</b>	<b>SRP? nº 050/2024</b> <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<b>Modo de Disputa:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Aberto <input type="checkbox"/> Aberto e Fechado
<b>Objeto:</b> Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de brinquedos e recreação infantil atendendo aos eventos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Itabirito.		
<b>Valor total estimado:</b> R\$ 1.071.796,64 (um milhão, setenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos).	<b>Exclusiva ME/EPP?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Misto	<b>Amostra/Demonstração?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<b>Prazo para envio da proposta/documentação:</b> Até dia 08/01/2025	<b>Decreto 7.174?</b> <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<b>Vistoria?</b> <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
<b>Pedidos de esclarecimentos:</b> Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@pmi.mg.gov.br">licitacao@pmi.mg.gov.br</a>	<b>Impugnações:</b> Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@pmi.mg.gov.br">licitacao@pmi.mg.gov.br</a>	
<b>Prazos para Envio:</b> Resposta da Negociação: Até 30 minutos Proposta Ajustada: Até 2 horas Documentos de Habilitação: Até 2 horas	<b>Prazo para Intenção de Recurso:</b> 30 minutos	
	<b>Prazo para Razões de Recurso e Contrarrazões:</b> 3 dias úteis	
<b>Documentação de Proposta</b>		
<b>Requisitos básicos:</b> Verificar Item 4 do Edital seção "Do Preenchimento da Proposta" e Item 5 do Edital seção "Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances"	<b>Requisitos específicos:</b> <b>Planilha de Composição de Custos (subitem 5.1.2) (Anexo do Termo de Referência - Anexo I).</b>	
<b>Documentação de Habilitação</b>		
<b>Requisitos básicos:</b> Verificar Item 9.3 do Termo de Referência seção "Exigências de habilitação"	<b>Requisitos específicos:</b> - Atestado de Capacidade Técnica; - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial; - Declaração para prestação do serviço.	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do Município de Itabirito pelo endereço <a href="http://www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a> , selecionando as opções Cidadão > Consulta detalhada de Compras Públicas > Contratações pela Lei 14.133 a partir de 01/04/2023 > Cód. UASG "984637". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no <a href="http://www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a> e também no endereço: <a href="http://www.itabirito.mg.gov.br">www.itabirito.mg.gov.br</a> .		



**EDITAL**

(Processo Administrativo nº 252/2024)

(Registro de Preços nº 050/2024)

Torna-se público que o(a) Município de Itabirito/MG, por meio do(a) Diretoria de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Queiroz Júnior, 635, Praia, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de brinquedos e recreação infantil atendendo aos eventos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Itabirito.

1.2. A licitação será dividida em **grupos**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem, NÃO admitindo-se valores superiores ao estimado de cada item que compõem o grupo.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis



pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, **para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da **Lei Complementar nº 123, de 2006** e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. **peessoas jurídicas reunidas em consórcio;**

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.15.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);



4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade





promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo do pregão, desde a publicação até a homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de sua desconexão ou da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou pelo pregoeiro, bem como da perda do direito ao benefício previsto na Lei Complementar nº 123/06.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total ou desconto, por item/lote, da prestação do serviço/fornecimento;

5.1.2. **Apresentar a planilha de composição de custos devidamente preenchida de acordo com cada custo por item para que possa ser avaliada a condição da execução do objeto, pela qualificação técnica dos profissionais que serão designados a prestarem os serviços, se os valores estão de acordo com o mercado, principalmente dos profissionais da região e assim a empresa contratada ter condições de cumprir o objeto até o vencimento da ATA/Contrato.**

5.1.3. Marca/Fabricante, quando couber;

5.1.4. Modelo/Versão, quando couber;

5.1.5. Quantidade cotada, onde o licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

5.1.6. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.7. Dados Bancários para pagamento;

5.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.9. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.10. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,00% (um por cento).**





6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.**

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. **O pregoeiro concederá o prazo de até 30 minutos, prorrogável por igual período, para envio da negociação, qual seja envio da resposta do preço sugerido pelo pregoeiro.**

6.22.4.1. decorrido o prazo informado no item anterior, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro poderá proceder com a desclassificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar acima do valor estimado.

6.22.4.2. decorrido o prazo informado no item 6.22.5, em caso de ausência de resposta da negociação, o pregoeiro procederá com a classificação da proposta do primeiro colocado em caso da mesma se encontrar dentro do valor estimado.

6.22.4.3. o pregoeiro poderá, com base no princípio da vantajosidade, classificar a proposta do primeiro colocado, mesmo que o envio da negociação ocorra após decorrido o prazo informado no item 6.22.5, **SOMENTE** se o pregoeiro ainda não tiver procedido com a desclassificação ou a classificação no sistema.

6.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.3.1. conter vícios insanáveis;

7.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



7.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) da média dos demais preços, conforme art. 47, § 3º, II do Decreto 14.754/2023.

7.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.7.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.7.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;



7.7.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.7.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, inclusive sobre planilhas de composição de custos, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.

7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor/prestador detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o





eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.2.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://www.certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação elencadas acima, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio digital que possa ter sua autenticidade conferida.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e às bases de dados oficiais constitui meio legal de prova, para fins de habilitação, podendo realizar, de ofício, em sede de diligência, inclusive no tocante a documentos eventualmente não apresentados.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17.3. apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pelo licitante.



8.18. A realização ou não de diligência ocorrerá mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação/Pregoeiro antecedida de diálogo com os setores administrativos interessados no objeto da licitação, caso o mesmo julgue necessário, não se configurando direito subjetivo do licitante a juntada de documentos após o encerramento do prazo estabelecido nos itens 8.16.1.

8.19. A apresentação de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores por meio de diligência será realizada nos termos do item 8.18 e findo o prazo concedido sem o envio da nova documentação restará preclusa, em caráter definitivo, a possibilidade de o licitante juntar novos documentos, o que implicará na sua inabilitação ou desclassificação do certame.

8.20. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.21. Para fins de análise da habilitação quanto ao cumprimento das documentações técnicas e/ou econômico-financeira, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, independentemente de o profissional pertencer a equipe de apoio.

8.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.25. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante



vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Constituem comportamentos enquadrados como deixar de entregar a documentação exigida, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

12.1.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.1.2. entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

12.1.1.3. fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;



12.1.1.4. deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação;

12.1.1.5. deixar de atender a convocações do Agente de Contratação ou Pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória.

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. ofertar preço inexecutável na formulação da proposta inicial ou na fase de lances;

12.1.2.4. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.5. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.7. abandonar o certame.

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação, considerando-se como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos da Administração Pública Municipal, com exceção da conduta disposta no item 12.1.4.

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.





12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da data do recebimento da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - tumultuar a sessão pública da licitação;

II - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV - deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

VIII - não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX - deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X - manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;



XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que



deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados pelos seguintes meios: preferencialmente na forma eletrônica, encaminhados para o e-mail [licitacao@pmi.mg.gov.br](mailto:licitacao@pmi.mg.gov.br) ou no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, ou protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura, localizado na Avenida Queiroz Junior, nº. 635, Bairro Praia, Itabirito/MG, de segunda à sexta-feira, de 08:00h às 18:00h, sob pena de não acolhimento.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Nos casos de divergência entre as especificações do objeto descritas na relação de itens do site <http://www.comprasnet.gov.br/> e as especificações do Edital, a licitante deverá considerar as descrições do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no sítio oficial do Município <https://www.itabirito.mg.gov.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 14.11.2. ANEXO do Termo de Referência - Planilha de Composição do Custo
  - 14.11.2.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.3. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial
- 14.11.4. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.5. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.6. ANEXO V – Decreto e Instruções Normativas Pertinentes

Itabirito, 20 de setembro de 2024.

JOEL DIAS DE  
MIRANDA:00  
371497680

Assinado de forma  
digital por JOEL DIAS DE  
MIRANDA:00371497680  
Dados: 2024.11.28  
14:17:52 -03'00'

Joel Dias de Miranda  
Assistente Administrativo  
Matrícula 2.519

MARINA PEDROSA  
NIQUINI:10336817681

Assinado de forma digital por MARINA  
PEDROSA NIQUINI:10336817681  
Dados: 2024.11.28 14:31:05 -03'00'

Marina Pedrosa Niquini  
Diretora Depto de Licitações e Contratos  
Matrícula 45.560



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2024**

(Processo Administrativo nº 252/2024)

(Registro de Preços nº 050/2024)

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na legislação federal e municipal, Decreto Municipal nº 14.754 de 10 de fevereiro de 2023.

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de brinquedos e recreação infantil atendendo aos eventos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Itabirito, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. O prazo de vigência desta ata será de 12 (doze) meses podendo ser prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso de acordo com o Art. 84 da Lei 14133/21.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATM AT	UM	QTDE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
LOTE 01						
01	<p><b><u>LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS</u></b></p> <p>Área 5m x 5m com cerquinha colorida. Cada cerquinha medindo 1m (comp) X 0,60m (A), nas cores: amarelo, vermelho, azul e verde. Tapete de EVA de encaixe tendo 100 mm de espessura e coloridos.</p> <p>Deve conter: material para colorir (papel, desenho, lápis de cor, giz de cera, etc.) Brinquedo com partes que se encaixam (tipo Lego) 3 mesinhas com 4 cadeiras pequenas cada colorida 2 cavalinhos, minhocão. 01 piscina de bolinhas com dimensões: 2,00 x 2,00m. Acompanha 1000 bolinhas tipo A. Colorida com tela de proteção lateral. Crianças a partir de 02 anos até 04 anos. Capacidade: 10 crianças</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b></p> <p>02 Monitores treinados para atendimento que estejam uniformizados;</p> <p>Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade);</p> <p>Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa;</p> <p>A montagem do espaço não deve ser descontada da hora de atendimento;</p>	18236	UN	18	R\$ 1.425,00	R\$ 25.650,00



**LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA GRANDE**

Dimensões mínimas: 4,30 m. 3,00 m. 2,00 m Estrutura em ferro galvanizado. Sistema de impulsão por 84 molas (modelo 4,30m). Sistema de impulsão por 64 molas (modelo 3,00m). Lona de alto em sannet QR disponível nas cores: azul, vermelho, amarelo, verde e preto. Proteção sobre molas de espuma revestida com lona colorida. Acompanha escada com 3 degraus. Rede de proteção em polipropileno multicolorida com hastes metálicas revestidas com protectube colorido. Sistema de montagem por encaixe. Peso: 110kg, modelo 4,30m, 85kg modelo 3,00m, 49kg, modelo 2,00m.

**MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:**

01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento;



02

18236

UN

106

R\$ 392,1650

R\$ 41.569,49

**LOCAÇÃO DE CENTOPÉIA TÚNEL INFLÁVEL**

Dimensões mínimas: 2,50 (L) x 7,50 (C) x 2,70 m (A); Material: Confeccionado em lona KP 1000; Acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v).

**MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:**

Equipe Operacional: 01 monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária);

Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa;

A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento;

Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;



03

18236



UN


12



R\$ 720,00



R\$ 8.640,00





04	<p><b><u>LOCAÇÃO DE ESCORREGADOR RADICAL</u></b></p> <p>Locação de Escorregador horizontal inflável com piscina no inflável no final do escorregador ou parede inflável, para amortecer a queda da criança ao final do escorregador. Dimensões mínimas: 3,00,00 (L) x 11,00 (C) x 2,30 (A) m; Material: Confeccionado em lona KP 1000; acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v). <b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b> Equipe Operacional: 02 monitores treinados para atendimento que estejam uniformizados; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária). Levar o produto líquido adequado para a utilização do brinquedo. A piscina ou a parede inflável no final do escorregador será pedido pela secretaria de acordo com o tipo de evento e local; Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento. Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>) Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	03	R\$ 950,00	R\$ 2.850,00
05	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO GIRO RADICAL</u></b></p> <p>Dimensões aproximadas: A X L X C: 1,2m x 05m x 5m. Material: Confeccionado em lona Vinílica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts. <b>NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS.</b> <b>TIPOS DE BRINQUEDOS:</b> Giro Radical; <b>ACESSÓRIOS:</b> Deve acompanhar todos os acessórios necessários (se for o caso); <b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b> 01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>) Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	25	R\$ 1.150,00	R\$ 28.750,00



06	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO GUERRA DE COTONETE</u></b></p> <p>Dimensões aproximadas: 1,2 (A) X 05 (L) X 05 (C); Material: Confeccionado em lona Vinílica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts. NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS. TIPOS DE BRINQUEDOS: Guerra de Cotonetes; ACESSÓRIOS: Deve acompanhar todos os acessórios necessários (se for o caso); MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO: 01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	02	R\$ 820,00	R\$ 1.640,00
07	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL CHUTE A GOL</u></b></p> <p>Dimensões aproximadas: 2,5 (A) X 3,5 (L) X 03,0 (C); Material: Confeccionado em lona Vinílica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts. NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS. Brinquedo inflável que simula um gol e possui pontuações. Dimensões: 3,0 x 3,0 m. Material Confeccionado: KP 1000. Opcional – colocamos grama sintética para simular campo de futebol. Acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (220v) MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO: 01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>) Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p>	18236	UN	07	R\$ 500,00	R\$ 3.500,00

						
08	<p><b><u>LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA GRANDE</u></b></p> <p>Dimensões mínimas: 4,50 (L) x 4,50 (C) x 4,50 m (A); Material: Confeccionado em lona KP 1000; Acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v); MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO: Equipe Operacional: 01 monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante</p> 	18236	UN	66	R\$ 594,9250	R\$ 37.285,05
09	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL TIPO CIRCUITO</u></b></p> <p>Locação de brinquedo estilo circuito com várias interações. Dimensões mínimas: 5,00,00 (L) x 20,00 (C) x 4,00 (A) m; Material: Confeccionado em lona KP 1000; acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v). MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO: Equipe Operacional: 02 monitores treinados para atendimento que estejam uniformizados; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária). Levar o produto líquido adequado para a utilização do brinquedo. A piscina ou a parede inflável no final do escorregador será pedido pela secretaria de acordo com o tipo de evento e local; Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento. Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>) Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante</p>	18236	UN	14	R\$ 2.500,00	R\$ 35.000,00

						
10	<p><b><u>LOCAÇÃO DE KID PLAY INFLÁVEL</u></b></p> <p>Brinquedo com áreas de interação com mínimo 02 tipos de brinquedos. Dimensões Aproximadas: 3,00 (A) x 4,00 (L) x 6,00 (C); Acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v).</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b></p> <p>Equipe Operacional: 01 monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado;</p> <p>Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária);</p> <p>Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa;</p> <p>A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento;</p> <p>Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	30	R\$ 887,50	R\$ 26.625,00
11	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO MULT PLAY GIGANTE</u></b></p> <p>Agregando tobogã com subida em escada, piscina de bolinhas, corredor com obstáculos, pula-pula, e bonecos infláveis. Dimensões mínimas: 10,50(C) x 6,30(L) x 6,00(A)m. Material Confeccionado: KP 1000. Acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v). Idade 04 a 13 anos; Capacidade de 06 Crianças ao mesmo tempo.</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b></p> <p>Equipe Operacional: 02 monitores treinados para atendimento que estejam uniformizados; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p>	18236	UN	72	R\$ 990,00	R\$ 71.280,00

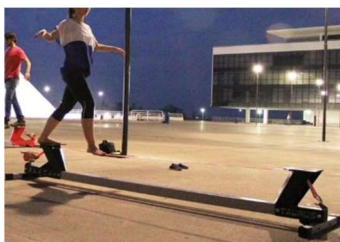

						
12	<p><b>LOCAÇÃO DE MURO DE ESCALADA</b></p> <p>Dimensões Aproximadas: 6,0 (A) x 5,5 (L) x 5,5 (C); Material: confeccionado em lona Vinílica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts.</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b></p> <p>Equipe Operacional: 02 monitores treinados para atendimento que estejam uniformizados;</p> <p>Brinquedo acompanha equipamento de segurança para as crianças (cinto tipo cadeirinha e corda presa ao brinquedo);</p> <p>Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade);</p> <p>Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	45	R\$ 1.029,0	R\$ 46.305,00
13	<p><b>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL</b></p> <p>Dimensões aproximadas: A X L X C: 3,5m x 3,5m x 2,5 m. Material: Confeccionado em lona Vinílica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts. <b>NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS. TIPOS DE BRINQUEDOS:</b> Piscina de Bolinhas fechamento nas laterais; <b>ACESSÓRIOS:</b> Deve acompanhar média de 1.000 BOLINHAS (o suficiente para dar segurança às crianças). <b>TEMÁTICAS DOS BRINQUEDOS:</b> Polvo, Leão, Tigrão, Chaves, Dinossauros, Safari, Castelo, Cachorrinho, Disney, Fundo do Mar, dentre outros. Poderá Ser pedido de acordo com a disponibilidade do fornecedor e de acordo com a temática do evento (se for o caso);</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b></p> <p>01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado;</p> <p>Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade);</p> <p>Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-</a></p>	18236	UN	36	R\$ 604,00	R\$ 21.774,60






	<p>mais-seguros-com-normas-ABNT). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 					
14	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA SIMPLES</u></b>            Dimensões aproximadas: L X C: 02m x 02 m. Material: Confeccionado em lona Vinilica MP 1400/KP 1000, colorida. NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS. TIPOS DE BRINQUEDOS: Piscina de Bolinhas fechamento nas laterais em telinha e cobertura de telhado em lona; ACESSÓRIOS: Deve acompanhar média de 1.000 BOLINHAS (o suficiente para dar segurança às crianças) DIÁRIA: 05 horas de atendimento ao público (chegar com 01 hora de antecedência do início do atendimento). Cada brinquedo deve ter 01 monitor treinado, capacitado e uniformizado para o atendimento.            Já incluso no valor despesas com alimentação, transporte, hospedagem, dentre outras necessidades; Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	05	R\$ 362,50	R\$ 1.812,50
15	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO QUADRA INFLÁVEL DE FUTEBOL</u></b>            Locação de quadra inflável para FUTEBOL DE SABÃO ou FUTEBOL COM BOLÃO; Dimensões mínimas: 7,00 (L) x 14,00 (C) x 2,5 (A) m; Material: Confeccionado em lona KP 1000; acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v).  <b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b>            Equipe Operacional: 02 monitores treinados para atendimento que estejam uniformizados;            Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária); levar o produto líquido adequado para o futebol e sabão. A bola ou o bolão de acordo com o pedido da secretaria; Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>) Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p>	18236	UN	18	R\$ 1.084,00	R\$ 19.512,00






16	<p><b><u>LOCAÇÃO DE SLACKLINE COM SUPORTE PARA SOLO</u></b>  Equipamento deverá ser utilizado diretamente no solo para a prática do Slackline, podendo ser utilizado em espaços fechados ou ao ar livre. Não necessita de ancoragem no solo.  Dimensões aproximadas: Fita do Slackline de 03 metros; Altura entre o solo e a fita: de 35 a 40 cm;  Material: Suporte em material em aço carbono ou ferro e com todos os acessórios para a instalação segura do equipamento; fita 2" e 50 mm – Capacidade de 03 ton.  ACESSÓRIOS: Deve acompanhar todos os acessórios necessários (se for o caso);  MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:  01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado;  Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade);  Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento.</p> 	18236	UN	09	R\$ 800,00	R\$ 7.200,00
17	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO SURF RADICAL</u></b>  Dimensões aproximadas: 1,2 (A) X 05 (L) X 05 (C); Material: Confeccionado em lona Vinilica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts.  NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS.  TIPOS DE BRINQUEDOS: Surf;  ACESSÓRIOS: Deve acompanhar todos os acessórios necessários (se for o caso);  MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:  01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado;  Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade);  Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>) Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	28	R\$ 1.495,00	R\$ 41.860,00



18	<p><b><u>LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL GRANDE</u></b></p> <p>Locação de brinquedo tobogã inflável GRANDE; Dimensões Aproximadas: 5,50 (A) x 4,00 (L) x 7,00 (C); Material: Feito com lona de alta resistência kp 1000 ou lona importada; Atendimento de até 100 crianças por hora. Brinquedo de grande rotatividade. Acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave reversora de voltagem (110/220v).</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b> Equipe Operacional: 01 monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade de diária); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	36	R\$ 733,84	R\$ 26.418,24
19	<p><b><u>LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO</u></b></p> <p>Locação de brinquedo tobogã inflável PEQUENO; Dimensões Aproximadas: 3,60 (A) x 2,80 (L) x 5,60 (C); Material: Confeccionado em lona KP 1000; Acompanha 01 motor monofásico de 1cv c/ chave c/ chave reversora de voltagem (110/220v). Atendimento de até 100 crianças por hora. Brinquedo de grande rotatividade.</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b> Equipe Operacional: 01 monitores treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: Até 05 horas (cada unidade de diária); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	63	R\$ 661,00	R\$ 41.643,00

20	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOBOGÃ COM PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL</u></b></p> <p>Dimensões aproximadas: A X L X C: 3,5m x 4,0m x 3,5 m. Material: Confeccionado em lona Vinilica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts. NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS. TIPOS DE BRINQUEDOS: Tobogã com Piscina de Bolinhas e fechamento nas laterais da piscina; ACESSÓRIOS: Deve acompanhar média de 2.500 BOLINHAS; (o suficiente para dar segurança às crianças). TEMÁTICAS DOS BRINQUEDOS: Polvo, Leão, Tigrão, Chaves, Dinossauros, Safari, Castelo, Cachorrinho, Disney, Fundo do Mar, dentre outros. Poderá Ser pedido de acordo com a disponibilidade do fornecedor e de acordo com a temática do evento (se for o caso); MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO: 01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>) Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	25	R\$ 857,50	R\$ 21.437,50
----	--	-------	----	----	------------	---------------



21	<p><b><u>LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOURO MECÂNICO</u></b></p> <p>Dimensões aproximadas: 1,2 (A) X 05 (L) X 05 (C); Material: Confeccionado em lona Vinilica MP 1400/KP 1000, colorida, motor duplo de 1 CV podendo transformar de 110/220 volts. NÃO PODERÃO SER FORNECIDOS BRINQUEDOS DANIFICADOS, COMO LONAS DESGASTADAS (RASGADAS), REMENDADAS.</p> <p>TIPOS DE BRINQUEDOS: Touro Mecânico; ACESSÓRIOS: Deve acompanhar todos os acessórios necessários (se for o caso);</p> <p>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</p> <p>01 Monitor treinado para atendimento que esteja uniformizado; Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; A montagem do brinquedo não deve ser descontada da hora de atendimento; Operar de acordo com a norma ABNT NBR 15859 que define os requisitos de segurança e métodos de ensaio para brinquedos infláveis (<a href="http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT">http://www.abnt.com.br/release/1720/Parques-de-diversoes-mais-seguros-com-normas-ABNT</a>). Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante;</p> 	18236	UN	37	R\$1.250,00	R\$ 46.250,00
----	---	-------	----	----	-------------	---------------

**LOTE 02**

22	<p><b><u>LOCAÇÃO DE PIPORQUEIRA COM O SERVIÇO DE ATENDIMENTO</u></b></p> <p>Material: Carrinho de Pipoca Semi Profissional. Aço inoxidável com 03 laterais totalmente fechadas em vidro temperado, panela basculante em aço inox e mexedor automático; Baixo consumo de energia. Cabo de energia padrão INMETRO; NÃO É PERMITIDO UTILIZAR BOTIJÃO DE GÁS. Voltagens: 110 v. Lâmpada interna para iluminação (caso tenha evento noturno); Extensão, T de tomada, adaptador de tomada (Benjamim) é de responsabilidade do fornecedor; Produção média: Evento até 100 pessoas levar 5 kg de milho, evento de 100 a 200 pessoas levar 10 kg de milho; 02 Monitores: 01 Pessoa para produzir 01 pessoa para servir. Profissionais uniformizados atender as pessoas (máscara, luvas, touca); Fornecer materiais e insumos para a produção: Pacote de pipoca de 15 cm x 07,5 cm, sal, milho de pipoca, guardanapo, óleo, dentre outros; Deve ter o local recipiente para apoiar os saquinhos para servir (bandeja, tabuleiros, etc.). O fornecedor deve entregar o local de utilização limpo, sem sujeira, resto de produtos e materiais no chão. Materiais para limpeza é de responsabilidade da empresa (saco de lixo, vassoura); Já incluso no valor despesas com alimentação, transporte, hospedagem, dentre outras necessidades; Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante; Duração de atendimento ao público: 05 horas (chegar 01 hora de antecedência para iniciar no horário marcado).</p>	22888	UN	91	R\$ 990,00	R\$ 90.090,00
----	---	-------	----	----	------------	---------------


						
23	<p><b><u>LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E SERVIÇO DE ATENDIMENTO</u></b></p> <p>Máquina de Algodão Doce Semi Profissional; Fabricada em Alumínio Resistente e de Baixo Consumo de Energia. Voltagens: Bivolt Automática. Cabo de energia padrão INMETRO; NÃO É PERMITIDO UTILIZAR BOTIJÃO DE GÁS. Extensão, T de tomada, adaptador de tomada (Benjamim) é de responsabilidade do fornecedor; Produção mínima: 150 algodões-doces por hora; 01 Monitor uniformizado para atender as pessoas (máscara, luvas, touca); Fornecer materiais e insumos para a produção: palito, açúcar, corante (anilina), guardanapo, dentre outros; Deve ser entregues em tamanho médio de 15 a 20 cm e ser entregue com guardanapo. O fornecedor deve entregar o local de utilização limpo, sem sujeira, resto de produtos e materiais no chão. Materiais para limpeza é de responsabilidade da empresa (saco de lixo, vassoura); Já incluso no valor despesas com alimentação, transporte, hospedagem, dentre outras necessidades; Ponto de energia será disponibilizado pela secretaria solicitante; Duração de atendimento ao público: 05 horas (chegar 01 hora de antecedência para iniciar no horário marcado).</p> 	22888	UN	96	R\$ 795,00	R\$ 76.320,00
<b>LOTE 03</b>						
24	<p><b><u>SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL – MASCOTES</u></b></p> <p>Contratação de profissional para animação de eventos onde ele estará caracterizado com fantasias de mascotes e afins fornecidos pela secretaria solicitante; Tipo de serviços: Gato do Mato; Pastelina, dentre outros mascotes que os profissionais deverão vestir;</p> <p>O comportamento dos atores / personagens devem ser adequado ao tema do personagem que está representando; ter iniciativa, interesse, paciência, flexibilidade e praticidade a fim de atender à diversidade de crianças de cada evento. O serviço será executado por 02 horas, sendo que dentro deste tempo será considerado um intervalo de no máximo 20 minutos para os atores descansarem. Durante o horário de trabalho é proibido o consumo de bebida alcoólica e/ou fumar; Todas as despesas como transporte, alimentação, pagamento, dentre outras que surjam ao longo das contratações, são de total responsabilidade da empresa contratada. A secretaria solicitante deverá fornecer o figurino das mascotes e todos os acessórios necessários para tal;</p>	18449	UN	27	R\$1.400,00	R\$ 37.800,00



						
<b>LOTE 04</b>						
25	<p><b><u>SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL COM PERSONAGEM INFANTIL</u></b></p> <p>Contratação de animação para eventos - Personagens de Princesas, Super Heróis e Personagens Infantis; deverão ser disponibilizados no mínimo cinco modelos diferentes e atuais, para a escolha do solicitante. A caracterização da personagem é de total responsabilidade da contratada, os figurinos devem ser completos com roupas, maquiagem, perucas e demais acessórios necessários que a fantasia exigir. Todos os figurinos deverão estar limpos, atuais, ricos em detalhes e confeccionados com material de qualidade, valorizando as características de cada fantasia. O comportamento dos atores / personagens devem ser adequado ao tema do personagem que está representando; ter iniciativa, interesse, paciência, flexibilidade e praticidade a fim de atender à diversidade de crianças de cada evento. O serviço será executado por 02 horas, sendo que dentro deste tempo será considerado um intervalo de no máximo 20 minutos para os atores descansarem. Durante o horário de trabalho é proibido o consumo de bebida alcoólica e/ou fumar; Todas as despesas como transporte, alimentação, pagamento, dentre outras que surjam ao longo das contratações, são de total responsabilidade da empresa contratada. Quando o serviço for solicitado, a empresa deverá informar para a secretaria solicitante quais as personagens disponíveis para escolha e enviar foto do figurino para avaliação.</p> 	18449	UN	59	R\$ 1.614,14	R\$ 95.234,26
<b>LOTE 05</b>						
	<p><b><u>OFICINA DE ARTES - ATIVIDADES MANUAIS</u></b></p> <p>As oficinas poderão ser realizadas com materiais sustentáveis e recicláveis, tendo como objetivo, mostrar a criança que é possível se divertir, criar seus próprios brinquedos, através de coisas simples e reutilizáveis. Exemplo: Oficina de Barangandão (Brinquedo de materiais recicláveis, preso por um cordão, o qual tem um corpo e uma cauda, podendo ser girado ou atirado dando o efeito parecido com o de um "cometa") Oficina de Carrinho de papelão (brinquedo de materiais recicláveis, usa-se o papelão</p>					



26	<p>como molde do carrinho, canudos e tampinhas plásticas de garrafa pet) Oficina de peão maluco (brinquedo de material reciclável, usa-se um palito de churrasco e uma folha de jornal, as crianças podem enfeitar com decorações específicas que o a empresa oferecer. Oficina de Pipas e Papagaios. Todos os materiais utilizados deverão ser disponibilizados pela empresa.</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b> 01 Oficineiro e 01 ajudante treinado para atendimento que esteja uniformizado; Atendimento para máximo de 20 crianças por hora de oficina; Duração de atendimento ao público: 04 horas total (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; Equipe: 01 oficineiro 01 ajudante. Atender até 20 crianças por HORA. Total até 80 crianças por serviço</p>	18449	UN	19	R\$ 2.525,00	R\$ 47.975,00
<b>LOTE 06</b>						
27	<p><b><u>OFICINA DE ARTES - ATIVIDADES MANUAIS</u></b></p> <p>As oficinas poderão ser realizadas com materiais sustentáveis e recicláveis, tendo como objetivo, mostrar a criança que é possível se divertir, criar seus próprios brinquedos, através de coisas simples e reutilizáveis. Exemplo: Oficina de Barangandão (Brinquedo de materiais recicláveis, preso por um cordão, o qual tem um corpo e uma cauda, podendo ser girado ou atirado dando o efeito parecido com o de um "cometa") Oficina de Carrinho de papelão (brinquedo de materiais recicláveis, usa-se o papelão como molde do carrinho, canudos e tampinhas plásticas de garrafa pet) Oficina de peão maluco (brinquedo de material reciclável, usa-se um palito de churrasco e uma folha de jornal, as crianças podem enfeitar com decorações específicas que o a empresa oferecer. Oficina de Pipas e Papagaios. Todos os materiais utilizados deverão ser disponibilizados pela empresa.</p> <p><b>MÃO DE OBRA PARA O ATENDIMENTO:</b> 01 Oficineiro e 01 ajudante treinado para atendimento que esteja uniformizado; Atendimento para máximo de 20 crianças por hora de oficina; Duração de atendimento ao público: 04 horas total (cada unidade); Alimentação, transporte, despesas com monitores é de responsabilidade da empresa; Equipe: 01 oficineiro 01 ajudante. Atender até 20 crianças por HORA. Total até 80 crianças por serviço</p>	18449	UN	45	R\$ 2.000,00	R\$ 90.000,00
<b>LOTE 07</b>						

28	<p><b><u>SERVIÇO DE PINTURA ARTÍSTICA</u></b></p> <p>Contratação de equipe para realizar pintura facial, no braço ou na mão; Fazer pinturas nas crianças que estarão no evento; A empresa deverá fornecer tintas antialérgicas, glitter especial para crianças, papel para limpeza, decalques, pincéis de vários tamanhos, lixeira, dentre outros. A empresa deverá fornecer uma cartela de no mínimo 10 tipos de desenhos. Com 02 monitores com habilidades de desenhos variados, uniformizados (camisa, avental personalizado dentre outros tipos de caracterização); Duração de atendimento ao público: 05 horas (cada unidade). Já incluso no valor despesas com alimentação, transporte, hospedagem, materiais para a execução da prestação do serviço;</p> 	18449	UN	45	R\$ 1.200,00	R\$ 54.000,00
<b>LOTE 08</b>						
29	<p><b><u>LOCAÇÃO DE CARRETA DA ALEGRIA</u></b></p> <p>Carreta da alegria, para aproximadamente 90 pessoas com 02 andares, com no mínimo 04 monitores. Deve ter no mínimo 04 personagens infantis, som mecânico com músicas que não remetam à discriminação de gêneros, raça, cor, clero e que não façam apologia ao sexo e à violência; equipe de apoio de no mínimo 02 pessoas e 02 monitores; para 05 horas de atendimento. Carreta decorada, com luzes, equipamentos e acessórios para entretenimento; Carreta deverá ter no máximo 15 anos de fabricação e modelo do Cavalo. Carreta deverá ter seguro dos passageiros. Certificações: Inspeção veicular em atendimento a NBR 14040 da ABNT. CRLV, especificando TRANSPORTE RECREATIVO DE PASSAGEIROS, e principalmente, a capacidade máxima de lotação de passageiros. a) Apresentação de pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa Proponente, comprovando a prestação deste seguimento de SERVIÇO DE TRANSPORTE RECREATIVO, TREZINHO DA ALEGRIA, ou deste seguimento. c) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Duração: Até 05 horas de atendimento;</p>	25089	UN	02	R\$ 11.687,50	R\$ 23.375,00



**TOTAL** **R\$ 1.071.796,64**

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum conforme justificativa no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contatos a partir de sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogável por mais 12 (doze) meses, sendo mais vantajoso para o município se este for o caso.

1.4. Durante o prazo o prazo de vigência, os preços os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente cm base no IPCA, observando o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.5. Os efeitos financeiros retroagem a data do pedido apresentado pelo Contratado.

1.6. Encerrado o procedimento de contratação, o licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o artigo 90 da Lei nº. 14.133 de 2021.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. DOS LOTES

### 2.1. Do agrupamento de itens em lotes:

2.1.1. Na presente contratação haverá agrupamento de item (s) distinto (s) em lote (s).

Lote 01

Lote 02

Lote 03



Lote 04

Lote 05

Lote 06

Lote 07

Lote 08

## **2.2. Lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte:**

2.2.1. Não será aplicada a exclusividade destes itens, previsto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar 123/2006, por conta de a capacidade de algumas empresas destes portes participarem e criar a concorrência dos itens.

A escolha pela não exclusividade justifica-se:

A ampla concorrência é essencial para garantir que a Administração Pública obtenha os serviços necessários com a melhor relação custo-benefício. A Lei 14133/2021, em seu art. 11, reforça a importância de economicidade e da busca pelo uso mais eficiente dos recursos públicos. Ao permitir a participação de empresas de todos os portes, amplia-se a gama de fornecedores e, consequentemente, a possibilidade de receber propostas mais qualificadas e competitivas, resultando em menos preço e melhor qualidade dos itens de serviços de recreação e lazer.

Segundo a Lei 9.784/1999 e o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição, a Administração Pública deve atuar de forma que melhor atenda ao interesse público. Ao optar pela ampla concorrência, a Administração age em consonância com os princípios da igualdade e impessoalidade, ao passo que evitar restringir a competição, garantindo a possibilidade de se contratar os serviços que melhor atendam o interesse da Administração Pública.

Com isso, a justificativa para a ampla concorrência deve, portanto, focar na busca pelo melhor custo-benefício, na garantia de qualidade dos serviços, na promoção da competitividade e na conformidade com os princípios administrativos de eficiência, economicidade e impessoalidade.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Esta contratação de um objeto recorrente onde ocorre quase todos os anos, pois o atendimento é essencial para o fomento do lazer do município.

3.3. Fundamentado também no ETP, nas páginas 313v a 323, é um serviço essencial para os eventos que necessitam deste serviço.

3.4. A necessidade está fundamentada no ETP anexo a este documento, onde demonstra cada participante, a sua necessidade a ser sanada, mas de forma resumida, a necessidade é fomentar e expandir a oferta e possibilidade de lazer para a população. Eventos estes voltados para o lazer ou eventos que englobam o lazer dentro do seu escopo, como uma parcela de seu total.

3.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência. Página 85 e 86 do ETP.



#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, páginas 98 e 99, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. É um serviço específico onde o tipo de execução é de empresas que já tem o conhecimento técnico para realizar a contratação dos profissionais capacitados para realização destes eventos de acordo com a especificação técnica de cada item.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade de Pregão – ATA para Registro de Preços, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento como menor preço por LOTE, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, 17, § 2º e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

##### **5.2. Da participação de consórcios:**

5.2.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm de executar os serviços de forma independente.

##### **5.3. Sustentabilidade**

5.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição deste item, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

É de responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, adotar, na prestação dos serviços objeto desta contratação, no que couber, as práticas de sustentabilidade constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, bem como que sejam observados os requisitos ambientais do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO para uso de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os serviços deverão ser executados por mão de obra qualificada e obedecendo rigorosamente as instruções contidas nestas especificações, bem como as contidas nas normas e métodos regulamentados, como os da ABNT.



#### **5.4. Indicação de Marcas ou Modelos**

5.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para esta contratação.

#### **5.5. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

5.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

#### **5.6. Da exigência de carta de solidariedade**

5.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

#### **5.7. Subcontratação**

5.7.1. A subcontratação do serviço deste objeto será permitida de acordo com o artigo 122 parágrafo 1º desta Lei:

Até 20% do quantitativo total do item;

Prévia autorização da Secretaria Contratante;

Apresentação da documentação comprobatória da empresa subcontratada em relação a capacidade de atendimento;

Esta subcontratação é para atender casos em que empresas que não são logradas no município, consigam fazer atendimentos com quantidade baixa, já que não possui quantidade mínima de atendimento.

Isso foi demonstrado no ETP em relação à dificuldade de formar preços justos e compatíveis com o mercado.

#### **5.8. Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Não se aplica, visto que se trata de uma ATA de Registro de Preços com prazo de vigência de 12 meses, para eventual contratação de serviços sem a exigência da garantia contratual (caução, seguro-garantia ou fiança bancária).

#### **5.9. Garantia, manutenção e Assistência Técnica**

Será aplicada ao serviço somente a garantia legal estabelecida na Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código do Consumidor.





**5.10. Vistoria**

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1 Condições de execução**

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Não se aplica para este objeto;

6.1.2. Início da execução do objeto:

O início da execução do serviço será através da Ordem de Fornecimento do serviço de arbitragem com as informações

6.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Este item não se aplica, pois o serviço é um serviço comum.

6.1.4. Cronograma de realização dos serviços:

Este item não se aplica, pois é um serviço comum e eventual.

Será realizado os pedidos de acordo com a demanda de cada secretaria, e este atendimento será nos 12 meses do ano.

**6.2. Local e Horário da prestação dos serviços**

6.2.1. Os locais para a prestação de serviços deste objeto serão as instalações públicas e/ou privadas do município de Itabirito, considerando os locais como a área urbana e distritos rurais, logo também como bairros afastados da região central da cidade como Balneário Água Limpa, Marzagão e Portões.

**6.3. Materiais a serem disponibilizados**

6.3.1. A empresa vencedora deverá fornecer todo o material necessário para a execução dos serviços como:

Uniformes, materiais de pintura, oficinas, descartáveis, equipamentos e acessórios, fantasias, dentre outros.



#### **6.4. Informações Relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.4.1. Não se aplica pelo tipo do objeto deste processo.

#### **6.5. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato**

6.5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **7.1. Rotinas de Fiscalização**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e dos Decretos Municipais nº 14201, de 2022, e nº 14757, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. As atividades de gestão e fiscalização serão regulamentadas pelo disposto no Decreto Municipal nº 14.201, de 03 de fevereiro de 2022, e as disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no referido decreto.

7.1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.1.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



7.1.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **7.2. Obrigações do Fiscal do Contrato**

7.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

7.2.2. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, nos termos do disposto nos artigos 22 e 25 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.2.3. Conhecer o termo de contrato e todos os seus Anexos, especialmente o presente Termo de Referência.

7.2.4. Registrar, em meio físico ou informatizado, as ocorrências relacionadas à execução do contrato, bem como as faltas verificadas, com a descrição das providências exigidas, as recomendações efetuadas e as soluções adotadas pela contratadas. (art. 22, inc. II e III, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.5. Abrir processo administrativo para acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do contrato. (art. 22, inc. IV, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.6. Certificar que o preposto da empresa contratada está ciente das obrigações assumidas pela contratada. (art. 22, inc. VI, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

7.2.7. Certificar que a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital, no Instrumento de Contrato e nos respectivos Anexos;

7.2.8. Certificar que a contratada mantém, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários para esta constatação;



7.2.9. Verificar se estão sendo atendidas as especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência, assim como os prazos de execução e de conclusão, devendo solicitar ao preposto da contratada a correção de eventuais imperfeições e/ou irregularidades detectadas;

7.2.10. Verificar se o material fornecido ou utilizado guarda consonância com o oferecido na proposta e especificado pela Administração e se foram cumpridos os prazos de entrega;

7.2.11. Comunicar à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;

7.2.12. Esclarecer as dúvidas da contratada que estiverem sob sua alçada, encaminhando, às áreas competentes, os fatos que extrapolem a sua competência;

7.2.13. Fazer-se presente no local da execução do contrato;

7.2.14. Antecipar-se a solucionar problemas que possam afetar a relação contratual;

7.2.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.2.16. Proceder as medições e o recebimento provisório mediante termo circunstanciado assinado pelas partes contratantes;

7.2.17. Receber e conferir a nota fiscal emitida pela contratada, atestar a efetiva realização do objeto contratado, na quantidade e qualidade contratadas, para fins de pagamento das faturas correspondentes;

7.2.18. Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

7.2.19. Indicar ao gestor do contrato, quando for o caso, sobre eventuais glosas, emitindo relatório circunstanciado com a devida justificativa e o cálculo do valor a ser descontado;

7.2.20. Recusar serviço ou fornecimento irregular ou em desacordo com as condições previstas no Edital, na proposta, no Instrumento de Contrato e nos respectivos Anexos;



7.2.21. Constatar se a execução do objeto contratado está sendo prestada no local e horário estipulado no contrato e com a correta utilização dos materiais e equipamentos contratados pela Administração Pública;

7.2.22. Certificar a ausência de cessão, transferência ou subcontratações fora das hipóteses e procedimentos legais e contratuais;

7.2.23. Receber reclamações relacionadas à qualidade do serviço prestado ou do material entregue, adotando as providências cabíveis;

7.2.24. Assegurar que o número de funcionários alocados pela contratada é suficiente para o bom desempenho dos serviços e conclusão no prazo previsto no contrato;

7.2.25. Certificar o cumprimento das normas trabalhistas por parte da contratada, inclusive no que se refere à utilização dos equipamentos de proteção individual – EPI – exigidos pela legislação pertinente, a fim de evitar acidentes com agentes administrativos, terceiros e funcionários da contratada e, na hipótese de descumprimento adotar as providências cabíveis;

7.2.26. Verificar se a contratada procedendo os corretos cálculos e recolhimentos das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, buscando, caso necessários, auxílio junto ao setor de contabilidade ou outros setores da Administração para conferência;

7.2.27. Assegurar que a contratada mantém um responsável técnico acompanhando as obras e serviços, quando assim determinar o contrato;

7.2.28. Exigir a contratada a utilização de crachá e de uniforme pelos funcionários, bem como conduta compatível com o serviço público, pautado pela ética e urbanidade;

7.2.29. Comunicar, por escrito, à contratada os danos porventura causados por seus empregados, requerendo as providências reparadoras;

7.2.30. Solicitar ao preposto da contratada a imediata retirada do local, bem como a situação de empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização, ou cuja permanência na área da instituição reputar, justificadamente, inconveniente;



7.2.31. Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com a nota fiscal e, após conferência, encaminhá-los ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis para pagamento;

7.2.32. Informar o gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.2.33. Comunicar, por escrito, ao gestor do contrato qualquer falta cometida pela contratada, formando dossiê das providências adotadas para fins de materialização dos fatos que poderão levar a aplicação de sanção ou à rescisão contratual, a ser juntado no processo administrativo.

7.2.34. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a necessidade de se realizar acréscimo ou supressões no objeto do contrato, com vista à economicidade e à eficiência na execução contratual, bem como quanto ao término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.2.35. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.2.36. Apresentar ao gestor de contratos, ao término do contrato ou quando solicitado, relatório acerca da execução do objeto do contrato;

7.2.37. Comunicar ao gestor do contrato, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado um substituto;

### **7.3. Atribuições do Gestor do Contrato**

7.3.1. Caberão ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato, bem como as atividades gerenciais, técnicas e operacionais que compõem o processo de contratação, conforme previsto no art. 17 do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.





7.3.2. Acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos, com a coleta das assinaturas, providenciando, posteriormente, a juntada dos comprovantes de publicação do extrato e encaminhamento da via ao Tribunal de Contas do Estado, quando for o caso;

7.3.3. O gestor deverá manter controle individualizado de cada contrato;

7.3.4. Deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado a serem executados pelo fiscal do contrato.

7.3.5. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, mantendo um controle individualizado de cada contrato.

7.3.6. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.3.7. Verificar e acompanhar a validade da garantia prestada no momento da assinatura, examinando, se for necessário, a possibilidade da sua substituição nos casos em que for permitido.

7.3.8. Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;

7.3.9. Controlar os prazos de vencimentos dos contratos, comunicando, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato, instruído o processo, quando admitida a prorrogação, com os documentos constantes do inciso IX do art. 17, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022.

7.3.10. Controlar os prazos de vencimentos dos contratos dos serviços de caráter continuado, sugerindo à autoridade superior o aditamento do ajuste ou a abertura de nova licitação, após a oitiva do fiscal, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência;



- 7.3.11. Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;
- 7.3.12. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do contrato pela Administração;
- 7.3.13. Encaminhar o requerimento da contratada de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do contrato à autoridade competente, instruindo o processo com manifestação conclusiva e dados que comprovem o impedimento do cumprimento do prazo pela contratada;
- 7.3.14. Analisar ou formular os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme o caso, instruindo o processo com as informações e dados necessários, submetendo-os à autoridade superior;
- 7.3.15. Analisar os casos de necessidade de acréscimos ou supressões do objeto, controlando os respectivos limites e encaminhar à autoridade competente para decisão;
- 7.3.16. Realizar pesquisa de mercado, quando for o caso, para analisar a vantajosidade da prorrogação e de aditivo, tendo por base o Projeto Básico ou o Termo de Referência relativo ao contrato em vigor.
- 7.3.17. Cuidar para que qualquer alteração contratual seja promovida por Termo Aditivo ou por Termo de Apostilamento, conforme o caso, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 7.3.18. Receber as notas fiscais atestadas pelos fiscais do contrato, adotando as providências cabíveis para liquidação e pagamento.
- 7.3.19. Encaminhar ao setor competente a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 7.3.20. Acompanhar os empenhos, os pagamentos, as glosas e a disponibilidade orçamentária inerente ao contrato;
- 7.3.21. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica;



7.3.22. Anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.3.23. Supervisionar o fiscal na realização das atividades necessárias à liquidação da despesa, especialmente no tocante ao cumprimento dos prazos;

7.3.24. Deliberar sobre o pedido de substituição do responsável técnico, desde que este detenha experiência e qualificação equivalente ou superior ao substituído, a ser verificada de acordo com as regras do edital da licitação que deu origem à contratação;

7.3.25. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.3.26. Adotar as providências cabíveis para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (art. 17, incisos XXIII e XXIV, do Decreto Municipal nº 14.201/22)

7.3.27. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.3.28. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 19 do Decreto Municipal nº 14.201/22).

7.3.29. Sem prejuízo das atribuições do (s) fiscal (s) do contrato, notificar à contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto;



## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. Da Medição

8.2. A medição deve seguir o padrão com a seguinte ordem:

**CABEÇALHO:** Nome completo da Empresa, com endereço completo, CNPJ, número do contrato, número do processo licitatório;

**TÍTULO:** o título deverá ser preenchido com a frase MEDIÇÃO DE SERVIÇO.

**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:** É obrigatório informar com o máximo de transparência possível todo serviço realizado, contendo quantitativos, tipo de serviço, local do serviço, características do serviço e qualquer informação que comprove a veracidade dos fatos.

**DATA:** Local e data;

**ASSINATURA:** nome completo e assinatura do proprietário ou responsável da instituição com respectivos cargos exercidos na empresa; caso a medição tenha mais de uma página, ela deverá ser numerada e assinatura poderá vir na última página.

**VISTO:** Assinatura e carimbo do GESTOR DO CONTRATO ou do ORDENADOR DE DESPESA. O visto deve constar EM TODAS as vias, caso tenha mais de uma página e na última página assinatura e carimbo.

**ANEXOS:** É obrigatório o envio de Memorial Fotográfico, assinado pelo Técnico responsável da Empresa e Fiscal da Prefeitura (as fotos deverão estar coloridas, datadas e mostrando o serviço realizado)

### 8.3. Do recebimento

8.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133](#) e Art. 39, § 1º, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022)

8.3.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



8.3.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

8.3.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.3.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



8.3.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato designada, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos, conforme disposto no § 2º do Art. 39, do Decreto Municipal nº 14.201, de 2022:

8.3.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.3.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3.6.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.3.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.3.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.3.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.





8.3.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 8.4. Liquidação

8.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 20 (vinte) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do artigo 7º, § 2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

8.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a compatibilidade da natureza da operação;
- c) a data da emissão;
- d) os dados do contrato e do órgão contratante;
- e) o período respectivo de execução do contrato;
- f) o valor a pagar;
- g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- h) emissão de declaração de Simples nacional para efeito de concessão de benefícios fiscais antes da emissão do documento fiscal (<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21>).

8.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.4.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

8.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento



a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **8.5. Prazo de pagamento**

8.5.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, observadas a disponibilidade de caixa e fonte de recurso conforme seção

anterior, nos termos da Instrução normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.5.2. Incidirá correção monetária sobre o débito vencido adotando o IPCA que é o índice oficial de inflação salvo em caso fortuito ou motivo de força maior que decorrerá publicação da postergação dos vencimentos na forma da Lei e comunicação ao Controle Interno da Instituição Pública bem como para o Tribunal de Contas do Estado.

## **8.6. Forma de pagamento**

8.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar no ato da entrega da documentação para liquidação à Secretaria Municipal de Fazenda.

## **8.7. Antecipação de pagamento**

Não se aplica.

## **8.8. Cessão de crédito**

Não se aplica.



## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

9.1.2. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, em campo próprio e conter minimamente as seguintes informações:

9.1.2.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo ofertados;

9.1.2.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

9.1.2.3. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

9.1.2.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

9.1.3. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

9.1.3.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

9.1.4. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

### **9.2. Regime de Execução**

9.2.1. O regime de execução do contrato será: Empreitada Por preço Unitário.

### **9.3. Exigências de habilitação**

9.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



**I. Habilitação Jurídica (art. 131, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023).**

9.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

9.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.3.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.3.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.11. **Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente,** como foto, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, do representante da empresa licitante e do procurador, se houver;

9.3.12. **Procuração válida,** se for o caso.

9.3.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



## **II. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.3.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.3.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.16. Prova de regularidade fiscal perante o Estado de domicílio ou sede do licitante em dívida ativa (inciso III, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.17. Prova de regularidade fiscal perante o Município de domicílio ou sede do licitante, inclusive quando a débitos inscritos em dívida ativa (inciso IV, do art. 132, do Decreto Municipal 14.754/2023).

9.3.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **III. Qualificação Econômico-Financeira**

9.3.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II e inciso I do art. 133, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023);

9.3.23. Caso a certidão do item 9.3.22 se não contiver indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação (§ 1º do art. 133, do Decreto Municipal nº 14.754, de 2023).

9.3.24. Caso a certidão exigida no item 9.3.22 seja emitida na forma positiva para recuperação judicial, a qualificação poderá ser comprovada pela apresentação de certidão judicial que indique que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, demonstrando que a empresa está apta econômica e



financeiramente a participar de procedimento licitatório (§ 2º do art. 133, do Decreto Municipal nº 14.757, de 2023).

#### **IV. Qualificação Técnica**

9.3.25. Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica para comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.3.26. Atestado de capacidade técnica;

9.3.26.1. A assinatura do responsável da empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado;

*Razão social da empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado;*

*CNPJ da empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado;*

*Endereço da empresa privada ou órgão público que está emitindo o atestado;*

*Razão social da empresa contratada na licitação;*

*CNPJ da empresa contratada na licitação;*

*Endereço da empresa contratada na licitação;*

*Lista dos serviços que a empresa contratada executou;*

#### **V. Declarações – art. 135, do Decreto Municipal 14.754/2023**

9.3.27. Será exigida do fornecedor, ainda, as seguintes declarações:

9.3.27.1. De que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.3.27.2. De que tende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

9.3.27.3. De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

9.3.27.4. De que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

9.3.27.5. De que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do Poder Executivo Municipal nas funções de gerência ou administração, ou servidor do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;





9.3.27.6. De que não há sanções vigentes que legalmente o proibam de licitar e/ou contratar com o órgão ou entidade contratante.

## **10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES (art. 42, XIV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)**

### **10.1. Do Contratante:**

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.1.10. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.11. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.12. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço do objeto.

### **10.2. Do Contratado:**

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



- A contratada deverá se orientar para as exigências solicitadas no descritivo do Termo de Referência deste processo, para garantir a qualidade dos brinquedos e dos serviços de recreação.

- A contratada deverá se apresentar no local da prestação de serviço, mínimo 01 hora de antecedência do início do evento ou sendo combinado o horário de chegada com cada secretaria solicitante.

- O preço unitário da prestação de serviços de locação de brinquedos e serviços de recreação consta quantos profissionais e monitores deve conter.

- O transporte, alimentação, hospedagem, bem como quaisquer gastos para o (s) local (s) dos jogos correrá por conta da Contratada.

- Caso haja cancelamento de algum evento já solicitado, a Contratante deverá informar a Contratada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do evento, sem nenhum ônus para a Contratante.

10.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;

10.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;

10.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.8. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

10.2.9. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;

10.2.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;



10.2.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.2.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.2.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.2.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.2.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.2.22. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.2.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.2.24. A Contratada deverá se responsabilizar pela disponibilização dos materiais utilizados na prestação de serviços, como apitos, cartões amarelos, vermelho, uniformes dos profissionais que irão arbitrar.

10.2.25. Os preços ofertados pelas empresas licitantes vencedoras deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);



10.2.26. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e outras;

10.2.27. Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

## **11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 42, XV, do Decreto Municipal 14.754, 2023)**

11.1. O Contratado que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei nº 14.133, de 2021, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções dispostas no seu art. 156, sendo observados ainda, quando couber, o disposto nos artigos 157 a 163 da mesma Lei.

11.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental ao processo de contratação ou ao processo de execução contratual que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

11.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.4. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

11.5. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.6. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade do Contratado deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, observadas ainda as disposições contidas no art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.071.796,64** (um milhão, setenta e um mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

12.2. Em caso de licitação para **Registro de Preços**, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 209 do Decreto nº 14.754, de 2023):



12.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.2.3. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

### **13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

I) Gestão/Unidade: 02.027.001  
II) Fonte de Recursos: 1500  
III) Programa de Trabalho: 27.812.2712. 6122  
IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00  
V) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00  
VI) Ficha 416

VII) Gestão/Unidade: 02.028.001  
VIII) Fonte de Recursos: 1500  
IX) Programa de Trabalho: 13.392.1392. 6123  
X) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00  
XI) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00  
XII) Ficha 446

XIII) Gestão/Unidade: 02.028.001  
XIV) Fonte de Recursos: 1500  
XV) Programa de Trabalho: 13.392.1392. 6123  
XVI) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00  
XVII) Plano Interno: 3.3.90.39.05.00  
XVIII) Ficha 446

XIX) Gestão/Unidade: 02.028.001  
XX) Fonte de Recursos: 1500  
XXI) Programa de Trabalho: 13.392.1392. 6123  
XXII) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00  
XXIII) Plano Interno: 3.3.90.39.20.00  
XXIV) Ficha 446

XXV) Gestão/Unidade: 02.034.001  
XXVI) Fonte de Recursos: 1500  
XXVII) Programa de Trabalho: 08.244.0841. 6136  
XXVIII) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00  
XXIX) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00  
XXX) Ficha 884

XXXI) Gestão/Unidade: 02.034.001  
XXXII) Fonte de Recursos: 1500  
XXXIII) Programa de Trabalho: 08.244.0801. 6137  
XXXIV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

XXXV) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00

XXXVI) Ficha 848

XXXVII) Gestão/Unidade: 02.034.001

XXXVIII) Fonte de Recursos: 1500

XXXIX) Programa de Trabalho: 08.242.0802. 6138

XL) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

XLI) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00

XLII) Ficha 816

13.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Itabirito, 11 de setembro de 2024.

---

Natalie Anne Maria Gonçalves  
Matrícula: 45.835  
Gerente II

---

Flávio Bastos Abbas  
Matrícula: 45.991  
Assistente II

---

Kátia Simone Santiago Braga  
Matrícula: 43.036  
Orientador Social





## ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA

### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO CUSTO SERVIÇO DE RUA DE LAZER 2025

ITEM	UNID	QTDE	SERVIÇO	EQUIPE	VLR FINAL UNIT.	VLR FINAL TOTAL
LOTE 01						
01	UNIDADE	18	LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	02 Monitores		
02	UNIDADE	106	LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA GRANDE	01 Monitor		
03	UNIDADE	12	LOCAÇÃO DE CENTOPÉIA TÚNEL INFLÁVEL	01 Monitor		
04	UNIDADE	3	LOCAÇÃO DE ESCORREGADOR RADICAL	02 Monitores		
05	UNIDADE	25	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO GIRO RADICLA	01 Monitor		
06	UNIDADE	2	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO GUERRA DE COTONETE	01 Monitor		
07	UNIDADE	7	LOCAÇÃO BRINQUEDO INFLÁVEL CHUTE A GOL	01 Monitor		
08	UNIDADE	66	LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA GRANDE	01 Monitor		
09	UNIDADE	14	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL TIPO CIRCUITO	02 Monitores		
10	UNIDADE	30	LOCAÇÃO DE KID PLAY INFLÁVEL	01 Monitor		
11	UNIDADE	72	LOCAÇÃO DE BRINQUEDO MULTI PLAY GIGANTE	02 Monitores		
12	UNIDADE	45	LOCAÇÃO MURO DE ESCALADA	02 Monitores		
13	UNIDADE	36	LOCAÇÃO PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	01 Monitor		
14	UNIDADE	5	LOCAÇÃO PISCINA DE BOLINHA SIMPLES	01 Monitor		
15	UNIDADE	18	LOCAÇÃO BRINQUEDO QUADRA INFLÁVEL DE FUTEBOL	02 Monitores		
16	UNIDADE	9	LOCAÇÃO DE SLACKLINE COM SUPORTE PARA SOLO	01 Monitor		
17	UNIDADE	28	LOCAÇÃO DE SURF RADICAL	01 Monitor		
18	UNIDADE	36	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL GRANDE	01 Monitor		



19	UNIDADE	63	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO	01 Monitor		
20	UNIDADE	25	LOCAÇÃO DE TOBOGÃ COM PISCINA DE BOLINHA	01 Monitor		
21	UNIDADE	37	LOCAÇÃO DE TOURO MECÂNICO	01 Monitor		
<b>LOTE 02</b>						
22	UNIDADE	91	LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA COM MÃO DE OBRA	01 Operador		
23	UNIDADE	96	LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE COM MÃO DE OBRA	01 Operador		
<b>LOTE 03</b>						
24	UNIDADE	27	SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - MASCOTES	01 Profissional		
<b>LOTE 04</b>						
25	UNIDADE	59	SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - PERSONAGENS	01 Profissional		
<b>LOTE 05</b>						
26	UNIDADE	19	SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL – ANIMAÇÃO	01 Profissional		
<b>LOTE 06</b>						
27	UNIDADE	45	OFICINAS DE ARTES – ATIVIDADES MANUAIS	01 Oficineiro 01 Ajudante		
<b>LOTE 07</b>						
28	UNIDADE	45	SERVIÇO DE PINTURA ARTÍSTICA	02 Profissionais		
<b>LOTE 08</b>						
29	UNIDADE	2	LOCAÇÃO DE CARRETA DA ALEGRIA	04 Personagens 01 Motorista 02 Monitores 02 Apoio		
<b>SUBTOTAL DE SERVIÇOS COM MÃO DE OBRA / ALIMENTAÇÃO / TRANSPORTES / OUTRAS DESPESAS</b>						
<b>ITEM</b>	<b>UNID</b>	<b>QTDE</b>	<b>SERVIÇO</b>	<b>DETAL. DESPESAS</b>	<b>VLR UNIT</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>LOTE 01</b>						
01	UNIDADE	18	CUSTO DA LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	02 Monitores		
01.1			Mão de Obra do Monitor 01			



01.2			Mão de Obra do Monitor 02			
01.3			Custo dos materiais e brinquedos			
01.4			Alimentação da equipe			
01.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
01.6			Outras Despesas (Descrever)			
02	UNIDADE	106	CUSTO DA LOCAÇÃO DA CAMA ELÁSTICA	01 Monitor		
02.1			Mão de Obra do Monitor 01			
02.2			Custo dos materiais e brinquedos			
02.3			Alimentação da equipe			
02.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
02.5			Outras Despesas (Descrever)			
03	UNIDADE	12	CUSTO DA LOCAÇÃO DA CENTOPÉIA TÚNEL	01 Monitor		
03.1			Mão de Obra do Monitor 01			
03.2			Custo dos materiais e brinquedos			
03.3			Alimentação da equipe			
03.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
03.5			Outras Despesas (Descrever)			
04	UNIDADE	03	CUSTO DA LOCAÇÃO DO ESCORREGADOR RADICAL	02 Monitores		
04.1			Mão de Obra do Monitor 01			
04.2			Mão de Obra do Monitor 02			
04.3			Custo dos materiais e brinquedos			
04.4			Alimentação da equipe			
04.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			



04.6			Outras Despesas (Descrever)			
05	UNIDADE	25	CUSTO DA LOCAÇÃO DO GIRO RADICAL	01 Monitor		
05.1			Mão de Obra do Monitor 01			
05.2			Custo dos materiais e brinquedos			
05.3			Alimentação da equipe			
05.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
05.5			Outras Despesas (Descrever)			
06	UNIDADE	02	CUSTO DA LOCAÇÃO GUERRA DE COTONETE	01 Monitor		
06.1			Mão de Obra do Monitor 01			
06.2			Custo dos materiais e brinquedos			
06.3			Alimentação da equipe			
06.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
06.5			Outras Despesas (Descrever)			
07	UNIDADE	07	CUSTO DA LOCAÇÃO DO INFLÁVEL CHUTE A GOL	01 Monitor		
07.1			Mão de Obra do Monitor 01			
07.2			Custo dos materiais e brinquedos			
07.3			Alimentação da equipe			
07.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
07.5			Outras Despesas (Descrever)			
08	UNIDADE	66	CUSTO DA LOCAÇÃO DO INFLÁVEL PULA-PULA GRANDE	01 Monitor		
08.1			Mão de Obra do Monitor 01			
08.2			Custo dos materiais e brinquedos			
08.3			Alimentação da equipe			



08.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
08.5			Outras Despesas (Descrever)			
09	UNIDADE	14	CUSTO DA LOCAÇÃO INFLÁVEL TIPO CIRCUITO	02 Monitores		
09.1			Mão de Obra do Monitor 01			
09.2			Mão de Obra do Monitor 02			
09.3			Custo dos materiais e brinquedos			
09.4			Alimentação da equipe			
09.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
09.6			Outras Despesas (Descrever)			
10	UNIDADE	30	CUSTO DA LOCAÇÃO KID PLAY INFLÁVEL	01 Monitor		
10.1			Mão de Obra do Monitor 01			
10.2			Custo dos materiais e brinquedos			
10.3			Alimentação da equipe			
10.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
10.5			Outras Despesas (Descrever)			
11	UNIDADE	72	CUSTO DA LOCAÇÃO DO MULTI PLAY GIGANTE	02 Monitores		
11.1			Mão de Obra do Monitor 01			
11.2			Mão de Obra do Monitor 02			
11.3			Custo dos materiais e brinquedos			
11.4			Alimentação da equipe			
11.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
11.6			Outras Despesas (Descrever)			
12	UNIDADE	45	CUSTO DO MURO DE ESCALADA	02 Monitores		



12.1			Mão de Obra do Monitor 01			
12.2			Mão de Obra do Monitor 02			
12.3			Custo dos materiais e brinquedos			
12.4			Alimentação da equipe			
12.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
12.6			Outras Despesas (Descrever)			
13	UNIDADE	36	CUSTO DA PISCINA DE BOLINHAS INFLÁVEL	01 Monitor		
13.1			Mão de Obra do Monitor 01			
13.2			Custo dos materiais e brinquedos			
13.3			Alimentação da equipe			
13.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
13.5			Outras Despesas (Descrever)			
14	UNIDADE	05	CUSTO DA PISCINA DE BOLINHAS SIMPLES	01 Monitor		
14.1			Mão de Obra do Monitor 01			
14.2			Custo dos materiais e brinquedos			
14.3			Alimentação da equipe			
14.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
14.5			Outras Despesas (Descrever)			
15	UNIDADE	18	CUSTO DA QUADRA INFLÁVEL DE FUTEBOL	02 Monitores		
15.1			Mão de Obra do Monitor 01			
15.2			Mão de Obra do Monitor 02			
15.3			Custo dos materiais e brinquedos			
15.4			Alimentação da equipe			
15.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			





15.6			Outras Despesas (Descrever)			
16	UNIDADE	09	CUSTO DE SLACKLINE COM SUPORTE PARA SOLO	01 Monitor		
16.1			Mão de Obra do Monitor 01			
16.2			Custo dos materiais e brinquedos			
16.3			Alimentação da equipe			
16.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
16.5			Outras Despesas (Descrever)			
17	UNIDADE	28	CUSTO DA SURF RADICAL	01 Monitor		
17.1			Mão de Obra do Monitor 01			
17.2			Custo dos materiais e brinquedos			
17.3			Alimentação da equipe			
17.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
17.5			Outras Despesas (Descrever)			
18	UNIDADE	36	CUSTO DA LOCAÇÃO TOBOGÃ INFLÁVEL GRANDE	01 Monitor		
18.1			Mão de Obra do Monitor 01			
18.2			Custo dos materiais e brinquedos			
18.3			Alimentação da equipe			
18.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
18.5			Outras Despesas (Descrever)			
19	UNIDADE	63	CUSTO DA LOCAÇÃO TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO	01 Monitor		
19.1			Mão de Obra do Monitor 01			
19.2			Custo dos materiais e brinquedos			
19.3			Alimentação da equipe			



19.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
19.5			Outras Despesas (Descrever)			
20	UNIDADE	25	CUSTO DA LOCAÇÃO TOBOGÃ INFLÁVEL PISCINA BOLINHA	01 Monitor		
20.1			Mão de Obra do Monitor 01			
20.2			Custo dos materiais e brinquedos			
20.3			Alimentação da equipe			
20.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
20.5			Outras Despesas (Descrever)			
21	UNIDADE	37	CUSTO DA LOCAÇÃO TOURO MECÂNICO	01 Monitor		
21.1			Mão de Obra do Monitor 01			
21.2			Custo dos materiais e brinquedos			
21.3			Alimentação da equipe			
21.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
21.5			Outras Despesas (Descrever)			
<b>LOTE 02</b>						
22	UNIDADE	91	CUSTO LOCAÇÃO CARRINHO PIPOCA COM MÃO DE OBRA	01 Monitor		
22.1			Mão de Obra do Operador			
22.2			Custo dos materiais, insumos, e locação da máquina			
22.3			Alimentação da equipe			
22.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
22.5			Outras Despesas (Descrever)			
23	UNIDADE	96	CUSTO LOCAÇÃO MÁQUINA ALGODÃO COM MÃO DE OBRA	01 Monitor		
23.1			Mão de Obra do Operador			



23.2			Custo dos materiais, insumos, e locação da máquina			
23.3			Alimentação da equipe			
23.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
23.5			Outras Despesas (Descrever)			

**LOTE 03**

24	UNIDADE	27	CUSTO DO SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - MASCOTE	01 Profissional		
24.1			Mão de Obra do Profissional			
			Custo dos materiais, fantasia / Acessórios			
			Alimentação da equipe			
			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
			Outras Despesas (Descrever)			

**LOTE 04**

25	UNIDADE	59	CUSTO DO SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - PERSONAGENS	01 Profissional		
25.1			Mão de Obra do Profissional			
25.2			Custo dos materiais, fantasia / Acessórios			
25.3			Alimentação da equipe			
25.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
25.5			Outras Despesas (Descrever)			

**LOTE 05**

26	UNIDADE	19	CUSTO SERVIÇO RECREAÇÃO INFANTIL - ANIMAÇÃO	01 Profissional		
26.1			Mão de Obra do Profissional			
26.2			Custo dos materiais, fantasia / Acessórios			
26.3			Alimentação da equipe			



26.4			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
26.5			Outras Despesas (Descrever)			
<b>LOTE 06</b>						
27	UNIDADE	45	CUSTO OFICINA DE ARTES – ATIVIDADES MANUAIS	01 Oficineiro 01 Ajudante		
27.1			Mão de Obra do Profissional 1			
27.2			Mão de Obra do Profissional 2			
27.3			Custo dos materiais, tintas, acessórios, e afins			
27.4			Alimentação da equipe			
27.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
27.6			Outras Despesas (Descrever)			
<b>LOTE 07</b>						
28	UNIDADE	45	CUSTO SERVIÇO DE PINTURA FACIAL	02 Profissionais		
28.1			Mão de Obra do Profissional 1			
28.2			Mão de Obra do Profissional 2			
28.3			Custo dos materiais, tintas, acessórios, e afins			
28.4			Alimentação da equipe			
28.5			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
28.6			Outras Despesas (Descrever)			
<b>LOTE 08</b>						
29	UNIDADE	45	CUSTO LOCAÇÃO DA CARRETA DA ALEGRIA	01 Motorista 02 Apoios 04 Personagens		
29.1			Mão de Obra do Motorista			
29.2			Mão de Obra do Monitor 01			
29.3			Mão de Obra do Monitor 02			
29.4			Mão de Obra do Personagem 01			



29.5			Mão de Obra do Personagem 02			
29.6			Mão de Obra do Personagem 03			
29.7			Mão de Obra do Personagem 04			
29.8			Custo do diesel, materiais, acessórios, e afins			
29.9			Alimentação da equipe			
29.10			Transporte / Deslocamento / Hospedagem			
29.11			Outras Despesas (Descrever)			
<b>TOTAL GERAL</b>						
18	IMPOSTO		ISSQN			<b>R\$</b>
<b>TOTAL GERAL DOS SERVIÇOS</b>						
19			LUCRO BRUTO DESEJADO			<b>R\$</b>
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES (SE JULGAR NECESSÁRIO)</b>						



**APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

**1 – INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL) tem um papel crucial em fomentar o esporte e o lazer para os munícipes, focando especialmente em aumentar a participação e a diversidade de atividades de lazer nos eventos esportivos que é ofertado.

**Diversidade de Lazer:** a importância de oferecer diversos tipos de lazer. Isso pode incluir atividades recreativas (como jogos, brincadeiras, música ao vivo) quanto lazer esportivo (torneios, competições amadoras, demonstrações esportivas).

**Planejamento de Eventos:** O calendário anual de eventos é uma ótima prática para organizar as atividades e atrair diferentes públicos ao longo do ano. Cada evento deve ter um projeto detalhado que considere o perfil do público-alvo, faixa etária predominante, localização e acessibilidade.

**Engajamento do Público:** É crucial estratégias para atingir efetivamente o público-alvo de cada evento. Isso inclui campanhas de divulgação nas redes sociais, parcerias com escolas, clubes esportivos locais, e mídias comunitárias para garantir que a mensagem do evento seja amplamente divulgada.





**Avaliação e Feedback:** Após cada evento a SEMEL coleta a avaliação dos participantes (inscritos) para entender o que funcionou bem e o que pode ser melhorado. Isso ajudará na melhoria contínua dos eventos e na adaptação das atividades de lazer oferecidas às preferências da comunidade.

**Acessibilidade:** Eventos mais acessíveis a todos os membros da comunidade, considerando aspectos como custos de participação, localização geográfica, transporte público disponível e necessidades especiais dos participantes.

**Inovação e Criatividade:** Novas ideias e tendências em atividades de lazer para manter os eventos atrativos e relevantes para o público. Isso pode envolver a introdução de novos esportes, formatos de competição diferentes, dentre outras ações.

É muito importante o compromisso com a diversidade e a inclusão e com isso, a SEMEL poderá fortalecer ainda mais seu papel como promotora do bem-estar e da qualidade de vida dos munícipes através do esporte e do lazer.

São várias frentes de lazer que a SEMEL proporciona como:

Atração Artística;  
Brinquedos e recreação de rua de lazer;  
Eventos de participação;  
Ambientes propícios para divertimento das pessoas;

Além de realizar os eventos a SEMEL também tem a necessidade de apoiar eventos de terceiros do município, para a difusão do esporte e do lazer da cidade.

Diante estas informações a necessidade da Secretaria Municipal de Esportes e lazer é proporcionar o lazer para a população de todas as faixas etárias de uma cidade que hoje tem em torno de 53 mil habitantes, de acordo com o CENSO IBGE 2022.

A Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo, ao longo de sua programação anual, possui algumas intervenções infantis, como o espaço kids do carnaval, o espaço kids da Julifest, o Festival de Teatro e a Semana da Feira do Livro. Identificando como necessidade uma solução que atenda à promoção de eventos através de atrativos infantis para a população, podemos defender que:

Investir em atividades e espaços voltados para o público infantil é essencial para fomentar a cultura desde a infância, promovendo a inclusão e o acesso às diversas manifestações



culturais. Ao criar ambientes dedicados às crianças durante eventos culturais, a Secretaria não apenas proporciona entretenimento e educação, mas também fortalece o vínculo das famílias com a cultura local, incentivando a participação contínua e o desenvolvimento de uma comunidade culturalmente rica e engajada.

Além disso, esses espaços dedicados às crianças servem como um incentivo para que os pais e responsáveis participem mais ativamente dos eventos, sabendo que seus filhos terão atividades seguras, educativas e divertidas à disposição. Isso contribui para o aumento da adesão do público e para a diversificação das atividades culturais oferecidas pelo município, consolidando o papel da Secretaria como promotora de uma agenda cultural inclusiva e abrangente.

Portanto, ao priorizar a criação e a manutenção de atrativos infantis em eventos culturais, a Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo não só atende a uma demanda crescente da população, como também investe no futuro cultural da cidade, garantindo que as próximas gerações cresçam valorizando e participando ativamente da vida cultural local.

A Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social possui cinco equipamentos, sendo:

CRAS M<sup>a</sup> Loura

CRAS Pe. Adelmo

CRAS Portões

CREAS

SEMDES

Neste contexto, é de suma importância dar continuidade às atividades e eventos planejados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, considerando que anualmente realizamos eventos sociais e atividades recreativas e de lazer voltadas a população em situação de vulnerabilidade social, sendo que necessitam de uma infraestrutura adequada para que a população possa participar de modo satisfatório aos eventos propostos por esta Secretaria, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para que crianças, jovens, adultos e idosos possam interagir, promovendo a inclusão social e fortalecendo os laços comunitários.

Esses eventos podem incluir apresentações culturais, exposições de arte, música ao vivo e outras manifestações artísticas que enriquecem culturalmente a comunidade e promovem a



valorização da identidade local, além de envolver a comunidade em atividades sociais e educativas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local, fortalecendo a coesão social e a responsabilidade comunitária.

As ações da política de assistência social são organizadas para promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a capacidade de proteção da família, a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, famílias e comunidades. Uma iluminação adequada contribui para a segurança dos participantes, evitando acidentes causados por áreas mal iluminadas, bem como, sistemas de som bem projetados evitam problemas de ruído excessivo ou som inaudível, garantindo que as instruções e avisos importantes sejam ouvidos por todos.

Com essa identificação, sabe-se da dificuldade de que o poder público enfrenta para exercer o direito de lazer, garantido constitucionalmente, por conta de questões sociais e econômicas. Essas desigualdades afetam o acesso aos recursos e espaços de lazer.

A necessidade a ser sanada é proporcionar à população acesso ao lazer de forma igualitária, sem distinções e de forma contínua em várias frentes de atuação como lazer recreativo, esportivo e/ou cultural.

### **3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

SEMEL:

A secretaria fez o levantamento junto à diretoria de Eventos e Lazer que a diretoria responsável pela realização dos eventos.

Este levantamento ocorre quando se precisa construir o PCA 2025 e consequentemente a LOA 2025.

Para o exercício de 2024, a SEMEL fez uma projeção eventos esportivos a serem realizados pela secretaria e os apoios a eventos de terceiros que já foram realizados nos anos de 2022, 2023 e neste ano de 2024. Este serviço consta no PCA 2024 da SEMEL.

<b>Dotação</b>	<b>Elemento de despesa</b>	<b>Objeto</b>	<b>VALOR 2024</b>
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Rua de Lazer (Brinquedos) (EVENTOS)	<b>R\$ 125.000,00</b>



Com isso, a secretaria demonstra o seu planejamento orçamentário para 2025.

**SEMCULT:**

A previsão no Plano de Contratações Anual para a contratação de solução especializada em promoção de eventos, que engloba a locação de itens e serviços para espaços infantis.

Esta contratação está alinhada com o planejamento municipal, representado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, configurando um passo fundamental na realização dos eventos de 2024 e 2025, eventos de grande importância para a cultura e o turismo local. A inclusão desta contratação no Plano de Contratações Anual reflete a prioridade atribuída à promoção de eventos de relevância para a comunidade. Além disso, a previsão no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) assegura a continuidade do compromisso assumido pela administração municipal com o desenvolvimento cultural e turístico da região.

Os recursos destinados a esta contratação estão devidamente alocados na Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo a viabilidade financeira para a realização destes eventos. Esses recursos têm como objetivo primordial a manutenção das atividades das repartições envolvidas, visando à preservação e aprimoramento dos eventos esportivos, de lazer, cívicos, folclóricos, culturais, populares, religiosos e outros integrantes do Calendário Oficial de Eventos da Prefeitura de Itabirito. Portanto, a inclusão da contratação da solução especializada em promoção de eventos e serviços no Plano de Contratações Anual não apenas atende às demandas de eventos, mas também reforça o compromisso da administração municipal com a valorização e o fomento das atividades culturais e turísticas locais e alinhamento com os instrumentos de planejamento anuais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Serviço de Animação Infantil	1500
---	-----------------	--	---------------------------------	------

**SEMDES:**

A SEMDES fez o levantamento junto suas diretorias que são as demandantes, qual a necessidade para o processo no ano de 2025

A presente contratação não foi prevista no PCA 2024 considerando que no presente ano não foi planejado nenhuma ação, no entanto, para 2025 foi realizado um planejamento



para vários eventos no ano, motivo pelo qual, será incluído no PCA de 2025 e na LOA 2025.

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para o atendimento deste serviço de Rua de Lazer e Recreação alguns requisitos precisam ser considerados para garantir a qualidade e boa execução do serviço:

- Apresentar comprovação de execução deste tipo de serviço nos últimos 12 (doze) meses;
- Atentar para os locais onde serão realizados os serviços como Área Urbana da cidade, mas também distritos, zona rural (Água Limpa, Marzagão, Acuruí, São Gonçalo do Bação, Córrego do Bação, Ribeirão do Eixo, Bonsucesso, Portões).
- Não há quantidade mínima de brinquedo para ser contratado e atender um evento;
- Transporte / Alimentação / Hospedagem, custos para a execução do serviço é de responsabilidade da empresa;
- Planilha de Composição de custos, para comparação ao preço praticado pelo mercado e não haver preços muito baixos e depois tornar o atendimento inexecutável.
- Atenção aos horários determinados pela diretoria de eventos para montagem, chegada ao local do evento, dentre outras orientações.

#### **5 – ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES:**

O quantitativo levantado pela SEMEL, inicialmente exposto pelo DFD, também foi estimado através da projeção do orçamento e do calendário de eventos de 2025.

OBJETO	QTDE
<b>LOTE 01</b>	
LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	3
LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA GRANDE	90
LOCAÇÃO DE CENTÓPIA TÚNEL INFLÁVEL	2
LOCAÇÃO DE ESCORREGADOR RADICAL	3
LOCAÇÃO DE GIRO RADICAL	25
LOCAÇÃO DE GUERRA DE COTONETE	2



LOCAÇÃO DE INFLÁVEL CHUTE A GOL	7
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA	8
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA GRANDE	42
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL TIPO CIRCUITO	4
LOCAÇÃO DE KID PLAY INFLÁVEL	30
LOCAÇÃO DE MULTI PLAY GIGANTE	72
LOCAÇÃO DE MURO ESCALADA INFLÁVEL GRANDE	19
LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	26
LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA SIMPLES	5
LOCAÇÃO DE QUADRA INFLÁVEL DE FUTEBOL	18
LOCAÇÃO DE SLACKLINE COM SUPORTE PARA SOLO	9
LOCAÇÃO DE SURF RADICAL	28
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL GRANDE	36
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO	37
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ PISCINA DE BOLINHA	15
LOCAÇÃO DE TOURO MECÂNICO	27
<b>LOTE 02</b>	
LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA	61
LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE	66
<b>LOTE 03</b>	
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - MASCOTES	2
<b>LOTE 04</b>	
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL PERSONAGEM INFANTIL	30
<b>LOTE 05</b>	
SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL	4
<b>LOTE 06</b>	
SERVIÇO DE OFICINA DE ARTES - DIVERSAS	10
<b>LOTE 07</b>	
SERVIÇO DE PINTURA ARTÍSTICA	30
<b>LOTE 08</b>	
LOCAÇÃO DE CARRETA DA ALEGRIA	2

Já a SEMCULT:

LOTE 1	
NOME	QTDE SEMCULT
LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE CENTOPÉIA TÚNEL INFLÁVEL	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL TIPO CIRCUITO	10 UNIDADES
LOCAÇÃO MURO ESCALADA INFLÁVEL GRANDE	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	10 UNIDADES





LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOBOGÃ COM PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOURO MECÂNICO	10 UNIDADES
<b>LOTE 2</b>	
LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E SERVIÇO DE ATENDIMENTO	10 UNIDADES
<b>LOTE 3</b>	
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - MASCOTES	25 UNIDADES
<b>LOTE 4</b>	
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL COM PERSONAGEM INFANTIL	15 UNIDADES
<b>LOTE 5</b>	
SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL – ANIMAÇÃO 028 33 0461	10 UNIDADES
<b>LOTE 6</b>	
SERVICO DE OFICINA DE ARTES - DIVERSAS 028 33 0460	30 UNIDADES
<b>LOTE 7</b>	
SERVIÇO DE PINTURA ARTÍSTICA 028 33 0464	10 UNIIDADES

A estimativa de quantitativo apresentada pela Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo está relacionada com a memória de cálculo de eventos já realizados como carnaval, Julifest, festival de teatro e feira do livro.

Já a SEMDES:

OBJETO	SEMDES
<b>LOTE 01</b>	
LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	5
LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA GRANDE	14
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA GRANDE	14
LOCACAO DE MURO ESCALADA INFLAVEL GRANDE	14
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO	14
<b>LOTE 02</b>	
LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA	17
LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE	17
<b>LOTE 04</b>	
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL PERSONAGEM INFANTIL	14
<b>LOTE 05</b>	
SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL	5



LOTE 06	
SERVICO DE OFICINA DE ARTES - DIVERSAS	5
LOTE 07	
SERVIÇO DE PINTURA ARTÍSTICA	5

Planilha com a memória de cálculo no Anexo I.

## 6 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fazendo a análise dos itens necessários para solucionar os problemas e necessidades levantados, entende-se que:

O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

O SRP é uma alternativa viável e bem conhecida entre as empresas do ramo;

Adesão da ATA de outro órgão é uma possibilidade, caso encontre os materiais e equipamentos em uma outra ATA.

Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

Registro de Preço;

Adesão de ATA;

Aquisição dos equipamentos e serem realizados pela própria PMI;

### **6.1.1 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

O Sistema de Registro de Preços é um procedimento licitatório que serve para registrar preços de fornecedores para futuras compras públicas.

O procedimento é mais viável quando se trata de produtos e serviços comuns, nos quais há diversas opções no mercado. Isso facilita a obtenção de preços competitivos e favorece a concorrência entre os fornecedores.



É indicado:

- Quando for pelas características do bem ou serviço, houver a necessidade de contratações frequentes.
- Quando, for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para o atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou programa de governo.
- Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública.
- Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

Neste caso, esses itens contratados, em sua maioria, através de registro de preços, para atender diversas secretarias que necessitam dos serviços ao longo de um período cumprindo seu calendário de atividades.

Para o município é vantajoso, pois diante de cenários como o recente ocorrido (Pandemia Covid-19), não torna a obrigação contratual da contratação dos serviços, já que este processo se trata de registro de preço.

Alguns tópicos importantes sobre vantagens e desvantagens do Registro de Preços:

- VANTAGENS:

- Economia de Recursos por não firmar contrato: Como não há bloqueio orçamentário, esta modalidade é vantajosa, pois o dispêndio é realizado de acordo com a demanda.
- Previsibilidade Orçamentária de acordo com a necessidade: Para as secretarias que se organizam adequadamente, é vantajoso, pois consegue-se planejar seu orçamento de acordo com suas demandas e processos licitatórios.
- Competitividade entre os fornecedores: Nesta modalidade, a competitividade é ampliada, principalmente pelo tipo do objeto, por ser comum. Ampliação da participação de mais empresas, gerando mais concorrência.



**- DESVANTAGENS:**

- Preço não competitivos: Nesta modalidade, devido à incerteza da contratação dos serviços, os preços podem ser mais altos do que os praticados no mercado real. As empresas participantes são obrigadas a manter seus preços registrados por 12 meses, o que pode levar a valores não condizentes com a realidade do mercado.

- Garantia do fornecimento parcelado ao longo do período da vigência da ATA: Uma das dificuldades que se encontra é com os preços registrados por 12 meses, estes fornecedores, por algumas vezes, ao final da vigência da ATA, alegam que os valores dos materiais utilizados e da mão de obra para a prestação dos serviços acordados à época da proposta ajusta e assinatura da ATA. Na Lei 8.666/93 não havia possibilidade de reajustar a ATA de registros de preços, mas na Lei 14.133/21, tem esta possibilidade, mas ela ainda tem que se tornar uma prática e o tempo e desenvolver da nova Lei, será mais usual os próprios fornecedores conseguirem estes reequilíbrios da ATA.

Em resumo, o SRP é uma ferramenta importante para a administração pública brasileira, proporcionando economia, eficiência e flexibilidade na aquisição de bens e serviços comuns, fundamentais para o funcionamento dos órgãos governamentais.

**6.1.2 – ADESÃO DE ATA:**

De acordo com o Art. 86 da Lei 14.133/2021, os órgãos que não manifestarem sua participação em Processos Licitatório de outros órgãos no prazo de 08 (oito) dias úteis, poderão futuramente realizar a adesão como não participante, seguindo os seguintes requisitos:

- Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade do serviço público;

- Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

- Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;  
Com isso, para se realizar a adesão, é importante observar as condições que implicam neste processo.



Além disso, deve-se observar o quantitativo a ser contratado, pois nesta condição de adesão o limite é de 50% do quantitativo total da ATA.

Pois a adesão da Ata de outro órgão vai gerar um contrato e uma obrigação contratual para o órgão.

Observa-se também que contratar os serviços oriundas de uma ATA de Registro de Preços de outro órgão, a Administração assumi todo o processo licitatório realizado pelo outro órgão.

Neste caso, deve-se procurar uma ATA de outro município que tenha todos os serviços necessários. Caso não tenha, deverá encontrar ATAS o suficiente que supram as necessidades levantadas neste processo.

Caso esta opção gere muitas ATAS, é essencial avaliar qual a demanda que vai gerar da Prefeitura Municipal de Itabirito para conseguir realizar a conclusão deste processo e enfim sanar a necessidade inicial.

#### - VANTAGENS

- Redução de tempo de elaboração do processo: Nesta modalidade, já se sabe quem são os fornecedores e as marcas dos produtos e serviços prestados. Assim, o prazo de cotação é reduzido, o trabalho do departamento de licitações também. Mesmo tendo que fazer a avaliação do preço do mercado para corroborar a motivação que aderir será a melhor alternativa, é uma redução de prazo interno para a contratação.

- Redução nos custos administrativos do processo: Esta modalidade reduz os custos operacionais, pois uma boa parte do processo já fora realizada, assim sendo, a parte que cabe ao departamento de licitações e compras do município é menor. Com a redução do tempo, também há a redução dos custos.

- Previsibilidade Orçamentária do processo: Nesta modalidade, por já se saber quem são os fornecedores e os preços praticados para os produtos e serviços, a secretaria demandante sabe ao certo o valor que será dispendido para atender esta contratação.



**- DESVANTAGENS:**

- Comprometimento do recurso para o contrato (bloqueio orçamentário): Nesta modalidade, ao se aderir de uma ATA, o processo firmado entre o fornecedor e o município gerará um contrato e este precisa de bloqueio orçamentário para cobrir as aquisições firmadas neste.

- Limitação da quantidade possível que pode ser aderida: Uma das desvantagens da adesão da ATA é o quantitativo limitado a 50% do total do item a ser aderido. Há casos que se conseguiu fazer a derivação sem nenhum problema, mas no caso deste processo, são vários itens, e nem sempre uma mesma ATA de outro órgão tem todos os materiais necessários e quantidade necessária para atender a necessidade da secretaria demandantes. O que gerará mais demanda operacional para buscar diversas ATAs, para fazer o processo de derivação de todas e em sua quantidade necessária, o que não torna tão eficiente.

Em resumo, a adesão a uma ATA de registro de preços de outro órgão é um procedimento que envolve cuidados específicos para assegurar a legalidade, a economia e a eficiência na contratação pública, conforme os parâmetros estabelecidos na legislação vigente.

**6.1.3 – AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:**

Fazer a aquisição dos materiais para reduzir o custo à longo prazo é uma alternativa, mas no quadro de servidores da Prefeitura, não há profissionais qualificados para tal atendimento.

Além disso em relação aos brinquedos em si, são confeccionados em lona e necessitam de manutenção constante. Trata-se em maioria de brinquedos infláveis, o que gera a demanda de ponto de energia, o que já é fornecido pelo município, mas seguindo a regulamentação da ABNT sobre brinquedos infláveis.

Como não é a atividade fim do município ofertar brinquedos e serviços de lazer, eles fazem parte de uma das entregas dentro de eventos maiores realizados pelas secretarias participantes, não é vantajoso para o município investir em recursos financeiros, capital humano para poder ter esses serviços que são esporádicos e pontuais, sendo que o mercado oferta com segurança e qualidade.

**- VANTAGENS:**





Redução do custo a longo prazo com a locação, por ter os próprios equipamentos;

- DESVANTAGENS:

Não tem equipe qualificada para este atendimento;

Investimento contínuo de novos equipamentos e brinquedos, pois eles precisam ter novidades, se não serão sempre os mesmos brinquedos;

Mão de obra para trabalhar finais de semana, onde a população mais usufrui do lazer.

Dificuldade em manutenção dos brinquedos infláveis, peças de reposição,

Local para armazenamento dos materiais e equipamento.

## **6.2 – CONCLUSÃO:**

Depois de analisar os possíveis cenários demonstrados observamos que estas necessidades deste objeto têm suas peculiaridades.

No escopo deste objeto, trata-se de serviços para a execução dos eventos esportivos, culturais, de lazer e de desenvolvimento social do município.

São itens, em sua maioria, que está diretamente relacionado aos eventos e sendo demandados de acordo com seu escopo.

Nos cenários expostos acima, para atender aos princípios do artigo 5º da Lei 14133/2021, entende-se que para a melhor execução da Secretaria de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social, o registro de preço é a maneira mais vantajosa e econômica para o município, pois como este processo se trata de itens atrelados aos eventos, boa parte deles serão demandados de acordo com a necessidade de atendimento do calendário.

O registro de preços possibilita as secretarias fazerem as contratações de forma pontual de acordo com a demanda. Sem comprometer o orçamento da mesma e até firmar um compromisso através de um contrato.



Depois da pandemia da Covid-19, ficou mais nítida a necessidade de planejamento e a boa utilização dos recursos. Imprevistos ocorrem por motivo de força maior, como as enchentes que atingiram o município em janeiro de 2022 e tendo que cancelar eventos e o foco do município ser voltada para outras tratativas, inclusive de recursos.

Tentamos entender durante o processo de montagem e desenvolvimento deste processo, qual seriam as outras alternativas pertinentes para esta necessidade de fomento ao lazer, mas não identificamos nenhuma possibilidade tangível neste momento que seja compatível com a realidade.

É de suma importância ofertar e fomentar o lazer com recreações e momento de interação social entre as pessoas.

É evidente que a alternativa no mercado de se adquirir esses equipamentos e materiais é muito complexo, pois o que se pode entender como economia imediata, a longo prazo vai gerar custos não mensurados com mão de obra, manutenções, reposições, hora extra dentre outros custos indiretos.

E a alternativa de aderir de outra ATA neste caso, para a busca de novos brinquedos, serviços, melhorar o descritivo, pesquisar o que outros municípios estão praticando e ofertando, não encontramos ATAS disponíveis com todos os itens necessários para a PMI, além disso, as quantidades também não atenderiam de acordo com a restrição de 50% do quantitativo.

Com essas informações, entende-se que para este momento, o Registro de Preços continua sendo a forma mais adequada para este tipo de contratação e qualidade na execução da oferta do lazer para a população.

## **7 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

As secretarias envolvidas, através de seus levantamentos realizados de suas necessidades de acordo com seu calendário, estimaram o quantitativo e serviços necessários.

Através desta informação, buscando no mercado estes serviços, chegamos aos valores estimados abaixo.

Buscamos ATAS de registro de preços e o último valor executado da própria ATA da Prefeitura Municipal de Itabirito.



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

Chegamos ao seguinte numerário.

R\$ 961.206,53 (novecentos e sessenta e um mil duzentos e seis reais e cinquenta e três centavos)

Consulta de valores pesquisados através de site de empresas do segmento ou em sites de marketplace.

ATA JOINVILLE

<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Ata-de-Registro-de-Precos-no-1222024-SEI-0020732801-Brinque-Locacoes-LTDA.pdf>

ATA IGARATÁ

[https://ecrie.com.br/Sistema/Conteudos/Contratos/contrato\\_28022024134544.pdf](https://ecrie.com.br/Sistema/Conteudos/Contratos/contrato_28022024134544.pdf)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DIONÍSIO CERQUEIRA:

<https://dionisiocerqueira.sc.gov.br/uploads/sites/267/2024/02/Termo-de-Homologacao-e-Adjudicacao-Prefeito-5.pdf>

INTERENET SLACKLINE:

<https://dibrasiladventure.com.br/produto/slackline-base-3-metros-aluguel/>

ATA LUCAS DO RIO VERDE:

[https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/arquivos/registro\\_preco/1762/ata\\_n\\_081\\_2023\\_-\\_pp\\_n\\_003\\_2023\\_-edvan\\_-\\_brinquedos\\_inflaveis.pdf](https://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/arquivos/registro_preco/1762/ata_n_081_2023_-_pp_n_003_2023_-edvan_-_brinquedos_inflaveis.pdf)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO IPIRÁ

<https://ipira.sc.gov.br/uploads/sites/425/2023/08/Termo-de-Homologacao-e-Adjudicacao-115.2023.pdf>

HOMOLOGAÇÃO ITATIBA:

<https://itatiba.sp.gov.br/empresa/licitacoes/pregao/2023-pregao-presencial-192023-objeto-o-registro-de-precos-pelo-prazo-de-12-meses-para-eventual-contratacao-de-empresa-especializada-em-prestacao-de-servicos-de-recreacao>

ATA SERINGUEIRAS

<https://www.seringueiras.ro.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/11-EDITAL-18-BRINQUEDOS-INFLAVEL.pdf>

INTERNET:

<https://rizzofestas.com.br/categoria-produto/aluguel-de-inflavel/aluguel-de-brinquedos/>



## **08 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A proposta de realizar um Pregão Eletrônico para Registro de Preços para atender às secretarias participantes é bem fundamentada e segue as melhores práticas de gestão pública.

Principais pontos que sustentam essa solução:

1. Melhoria nos Custos Contratuais: A adoção do registro de preços permite a contratação dos serviços nas quantidades realmente necessárias, evitando desperdícios e gastos desnecessários dos recursos públicos. Essa abordagem demonstra um compromisso com a eficiência na gestão dos materiais e contribui para a preservação dos recursos financeiros do município.

2. Qualidade dos Serviços e Fornecedores: A busca por fornecedores qualificados e equipamentos de alta qualidade é crucial para assegurar a eficiência e a satisfação dos usuários nos eventos promovidos pelas secretarias. A seleção criteriosa dos fornecedores garantirá que os serviços oferecidos atendam aos padrões exigidos e às expectativas da comunidade.

3. Vantagens do Registro de Preços: O registro de preços se destaca por permitir a cobertura das demandas de forma segura e financeiramente equilibrada para o município. Essa estratégia não apenas satisfaz as necessidades imediatas, mas também promove uma gestão mais eficiente e econômica dos recursos públicos, evitando sobrecarga financeira e garantindo uma melhor alocação dos fundos.

A escolha pelo pregão eletrônico para registro de preços é uma decisão bem embasada para o Município de Itabirito, visando otimizar a eficiência, a economicidade e a qualidade da prestação dos serviços necessários para as operações e eventos das secretarias. Essa abordagem atende às demandas atuais e promove uma gestão mais responsável e transparente dos recursos públicos, refletindo um compromisso com a boa administração e a integridade fiscal.

Na Lei 14133/21 até fala-se de demandas conhecidas, repetitivas e óbvias. Este processo licitatório ocorre no município há vários anos.

A secretaria avalia que a solução é realizar o pregão eletrônico por item para um Registro de Preços de premiações que poderá haver renovação da ATA por mais 12 meses com saldo remanescente, caso seja do interesse público.



## **9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO:**

Este processo **SERÁ PARCELADO** e estruturado por lotes, permitindo a distribuição dos lotes entre fornecedores.

Ao aplicar o princípio do parcelamento, é crucial considerar a viabilidade da divisão do objeto, o aproveitamento das particularidades do mercado local e a busca pela economicidade, sempre respeitando os parâmetros de qualidade. Além disso, deve-se ampliar a competição e evitar a concentração de mercado. A jurisprudência consolidada, conforme a Súmula nº 247/2004 do TCU, é fundamental para a decisão sobre o critério de adjudicação.

Para melhor atender às secretarias, identificou-se que o agrupamento de itens no lote 01 — referente a brinquedos e equipamentos de lazer — será mais eficiente, com base em análises realizadas em processos anteriores.

Quando brinquedos são licitados separadamente, podem surgir diversos fornecedores, o que demanda maior atenção e flexibilidade para coordenar eventos com fornecedores distintos para o mesmo tipo de item. A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, principal contratante deste serviço, compreende que o planejamento e a execução dos eventos são impactados por esses fatores.

Por exemplo, ao montar uma praça de lazer em eventos esportivos, geralmente são contratados em média quatro brinquedos, com tipos adequados ao público-alvo. A cama elástica, um brinquedo frequentemente solicitado, pode ser fornecida por uma empresa diferente das que fornecem os outros brinquedos necessários para o evento. Isso obriga a secretaria a buscar brinquedos adicionais de fornecedores distintos, o que pode não ser a solução mais prática ou econômica.

Além disso, os fornecedores costumam ajustar seus preços para cobrir custos associados a pedidos menores, o que pode resultar em preços mais altos para brinquedos solicitados em quantidades reduzidas.

Agrupar os brinquedos no lote 01 pode beneficiar o município, aumentando a competitividade dos preços, pois o fornecedor vencedor do lote terá a vantagem de atender a todos os itens, resultando em condições mais favoráveis para a execução do contrato e preços mais competitivos.



Embora exista a preocupação de que o agrupamento de itens possa reduzir a competitividade, é importante observar que as empresas de locação de brinquedos geralmente possuem um portfólio completo e estão preparadas para atender a diversos itens, o que reduz o risco de empresas não especializadas vencerem o contrato e não conseguirem cumprir suas obrigações.

O mercado conta com diversas empresas robustas e confiáveis que participam de licitações, o que minimiza o impacto negativo na competitividade. A análise realizada pela equipe da SEMEL buscou otimizar o processo de atendimento, considerando a opção mais eficiente de agrupamento de lotes.

Os itens do lote 02, que incluem serviços alimentícios e outros, devem ser fornecidos pela mesma empresa para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento.

Benefícios do agrupamento de itens:

**Eficiência no Processo de Compras:** Simplifica a licitação, reduzindo a carga administrativa para a administração pública e para os fornecedores.

**Incentivo à Competição:** Lotes bem estruturados podem atrair mais fornecedores, aumentando a competição e melhorando a qualidade e o custo das propostas.

**Redução da Carga Administrativa:** Menor número de ordens de fornecimento, empenhos, notas fiscais e inspeções para cada fornecedor.

**Minimização de Riscos:** Seleção de fornecedores mais estabelecidos e capazes de fornecer o lote completo, reduzindo o risco de contratos não executados ou de baixa qualidade.

**Impacto Ambiental:** Redução da quantidade de documentos físicos gerados para cada evento.

Este processo visa encontrar fornecedores qualificados e garantir materiais e equipamentos novos e de qualidade para os eventos, proporcionando o melhor atendimento aos usuários.

## **10 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

As secretarias têm como resultado pretendido a melhor execução dos eventos realizados pelas mesmas e melhorar o fomento ao lazer.





Proporcionar experiências divertidas e memoráveis para a comunidade, especialmente para crianças e famílias durante eventos e atividades.

Incentivar a participação ativa da comunidade em eventos promovidos pelo município, como festas, feiras e eventos esportivos.

Garantir que atividades de lazer estejam acessíveis a todas as faixas etárias e grupos sociais, incluindo aqueles com menos recursos financeiros.

Simplificar a organização de eventos, reduzindo a necessidade de aquisição e armazenamento de brinquedos, e facilitando a logística com fornecedores especializados.

Minimizar os custos associados à compra e manutenção de brinquedos ao optar pelo aluguel, que pode ser mais econômico para eventos esporádicos.

Oferecer uma ampla gama de opções de brinquedos que podem ser adaptados às necessidades específicas de cada evento.

Garantir que os brinquedos estejam em boas condições de uso e atendam aos padrões de segurança, com responsabilidade de manutenção por parte do fornecedor.

Minimizar o impacto ambiental associado à produção e descarte de brinquedos ao optar pelo aluguel em vez da compra.

Demonstrar o compromisso do município com a promoção de atividades recreativas e bem-estar da comunidade.

## **11 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS DO CONTRATO:**

Para a contratação pretendida há algumas providências que devem ser tomadas antes do fornecedor chegar ao local da execução do serviço.

Verificação de Ponto Hidráulico;

Verificação de Ponto de energia;

Verificação do Local adequado para instalação dos brinquedos;

Combina o Horário de atendimento (chegada no local para montagem);



Cada secretaria é responsável pela comunicação e toda a instrução com o (s) fornecedor (s) vencedor (s) para a boa execução do serviço.

## **12 – CONTRATAÇÃO CORRELATAS E INTERDEPENDENTES:**

Neste processo a secretaria identificou que não há nenhuma contratação correlata ou interdependente para que seja solicitada a contratação deste produto.

O processo licitatório pode ocorrer que imediatamente todo processo estado homologado e publicado com a (s) empresa (s) vencedora (s), o pedido já pode ser solicitado imediatamente.

## **13 – IMPACTOS AMBIENTAIS:**

Para os itens que compõe este processo, alguns aspectos foram observados em relação ao impacto ambiental:

O fato de se escolher a locação ao invés da aquisição, já diminui o impacto ambiental para a confecção de mais produtos, equipamentos no mercado.

Dentro dos eventos, este objeto tem alguns itens que têm um impacto ambiental diretamente interligado a sua execução.

Utilização de rede elétrica: Utilizar fontes de energia renovável, sempre que possível, para a inflagem e manutenção dos brinquedos, e considerar o uso de ventiladores e sistemas de inflagem com eficiência energética.

Planejamento dos eventos: Planejar eventos de forma a minimizar o número de deslocamentos dos brinquedos, otimizando as rotas e agrupando eventos em locais próximos para reduzir a emissão de gases carbono associada ao transporte.

Descarte correto de materiais: Disponibilizar maneira do descarte correto dos materiais quando contratado o serviço de oficinas, pintura facial.

## **14 – VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO:**

Diante dos levantamentos deste estudo, observamos que é mais vantajoso para o município fazer a contratação através contratações pontuais de acordo com a necessidade de cada secretaria participante.



Além disso a maneira mais viável de se realizar este pregão é ser Registro de Preço, pois depois da pandemia da Covid-19, com a paralisação total das atividades, não podemos garantir quanto e nem quando esses eventos serão realizados.

Temos previsões através de calendários esportivos e culturais, mas diante de motivo de força maior e não tendo a possibilidade da realização destes eventos, o município não fica atrelado a um contrato que garante pelo menos 75% de sua execução de contratação.

Com isso, é mais viável realizar um registro de preços, sendo o objeto:

Futura e eventual contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço de locação de brinquedos e serviços de recreação e lazer, atendendo a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social, do município de Itabirito.

#### **15 – ANEXOS:**

Para este processo julgamos necessária a apresentação visual da fita de sinalização, pois ela é um item específico, assim evitando o entendimento no ato da cotação e pregão de um material errôneo.

Anexo I – Quantitativo por secretaria

Anexo II – DFD das Secretarias

Anexo III – Memória de Cálculo Estimativa de Preço

#### **16 – RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO**

LUCAS JOSÉ DA SILVA CARVALHO  
Diretor de Departamento I  
Matrícula: 45889

CARLUCCIA CARRAZA GANBOGI  
Diretor de Departamento I  
Matrícula: 45636



LORENE FERNANDA SILVA VIMIEIRO  
Diretor de Departamento I  
Matrícula: 45839

**APROVADO**

Secretaria Municipal da Planejamento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ANEXO I – QUANTITATIVO POR SECRETARIA

OBJETO	QTDE	SEMEL	SEMCULT	SEMDES
<b>LOTE 01</b>				
LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	18	3	10	5
LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA GRANDE	104	90		14
LOCAÇÃO DE CENTOPÉIA TÚNEL INFLÁVEL	12	2	10	
LOCAÇÃO DE ESCORREGADOR RADICAL	3	3		
LOCAÇÃO DE GIRO RADICAL	25	25		
LOCAÇÃO DE GUERRA DE COTONETE	2	2		
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL CHUTE A GOL	7	7		
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA	8	8		
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA GRANDE	56	42		14
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL TIPO CIRCUITO	14	4	10	
LOCAÇÃO DE KID PLAY INFLÁVEL	30	30		
LOCAÇÃO DE MULTI PLAY GIGANTE	72	72		
LOCAÇÃO DE MURO ESCALADA INFLÁVEL GRANDE	43	19	10	14
LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	36	26	10	
LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA SIMPLES	5	5		
LOCAÇÃO DE QUADRA INFLÁVEL DE FUTEBOL	18	18		
LOCAÇÃO DE SLACKLINE COM SUPORTE PARA SOLO	9	9		
LOCAÇÃO DE SURF RADICAL	28	28		
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL GRANDE	36	36		
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO	61	37	10	14
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ PISCINA DE BOLINHA	25	15	10	
LOCAÇÃO DE TOURO MECÂNICO	37	27	10	
<b>LOTE 02</b>				
LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA	88	61	10	17
LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE	93	66	10	17
<b>LOTE 03</b>				
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - MASCOTES	27	2	25	
<b>LOTE 04</b>				
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL PERSONAGEM INFANTIL	59	30	15	14
<b>LOTE 05</b>				
SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL	19	4	10	5
<b>LOTE 06</b>				
SERVIÇO DE OFICINA DE ARTES - DIVERSAS	45	10	30	5
<b>LOTE 07</b>				
SERVIÇO DE PINTURA ARTÍSTICA	45	30	10	5
<b>LOTE 08</b>				
LOCAÇÃO DE CARRETA DA ALEGRIA	2	2		



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
ANEXO II – DFD**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

DATA: 09/07/2024

UNIDADE DEMANDANTE: Diretoria de Eventos / Lazer / ADM da SEMEL

DEMANDA: Serviço de locação de brinquedos e serviços de animação e recreação infantil

DESCRIÇÃO DA DEMANDA: Contratar serviço de locação de brinquedos de rua de lazer e serviços de animação infantil, recreação, oficinas, apresentação de personagens para eventos da SEMEL.

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Eduardo dos Reis Braga

MATRÍCULA: 45615

E-MAIL DO DEMANDANTE: Eduardo.reis@pmi.mg.gov.br

TELEFONE: 031 3563-1956

FONTE DE RECURSO:

02.007.001

27.812.2712. 6122

3.3.90.30.00.00

3.3.90.39.14.00

Fonte: 1500

SEMEL – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Manut. Ativ. Sec. Mun. e Lazer

Material de Consumo

Material Educativo Esportivo

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

INTEGRANTE DEMANDANTE: Lucas José da Silva Carvalho

MATRÍCULA: 45889

E-MAIL: lucas.carvalho@pmi.mg.gov.br

TELEFONE: 031 3563-1956

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

De acordo com o alinhamento estratégico da SEMEL e da Administração, buscamos cumprir os objetivos estabelecidos pela secretaria através de sua missão, visão e valores.

**Missão** – Impulsionar o desenvolvimento humano e social, por meio do esporte, da atividade física e do lazer

**Visão** – Expandir o acesso ao esporte, a atividade física e ao lazer, por meio da excelência em gestão, construindo um legado pautado na ética e na transparência

**Valores** – Esporte para todo. Servir. Ética. Inovar. Trabalho em equipe





PREFEITURA  
**ITABIRITO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**  
**ANEXO II – DFD**



Estes pontos nos guiam para cumprir o plano de governo com excelência e realmente melhorar a vida da população Itabiriteense.

**MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Nos eventos organizados pela SEMEL, nosso objetivo é proporcionar lazer para a população em geral que participa dessas atividades.

Buscamos expandir as áreas de recreação, especialmente para crianças, garantindo que toda a família possa desfrutar dos eventos da SEMEL.

Dentro de nossos eventos, como competições de corrida e ciclismo, oferecemos áreas de lazer com brinquedos para as crianças acompanhadas de seus pais ou responsáveis, independentemente de estarem competindo ou não.

Além disso, a SEMEL promove eventos específicos para o público infantil, como as Caravanas do Esporte e do Lazer, Domingo de Lazer e Mega Caravana. Também apoiamos eventos de terceiros, como competições esportivas e iniciativas de associações comunitárias.

É de suma importância proporcionar espaços que promovam o lazer e a integração familiar durante esses eventos.

Este serviço faz parte do processo de checklist dos tópicos a serem observados pela SEMEL ao estruturar seus eventos:

TÓPICOS	DESCRIÇÃO
ALIMENTAÇÃO	FRUTA ATLETAS / ALIMENTAÇÃO EQUIPE / VENDA DE ALIMENTOS
SAÚDE / HIGIENE	LIXOS / RESÍDUOS / BANHEIROS
SEGURANÇA	VIGIA / SINALIZAÇÃO VIÁRIA / BANNER / FAIXA
IDENTIFICAÇÃO	SINALIZAÇÃO DA PROVA / PLACAS / FITAS / BANNER
HIDRATAÇÃO	COPO ÁGUA / COPÃO SAAE / VENDA DE BEBIDAS / GELO
PREMIAÇÕES	TROFÉUS / MEDALHAS / PLACAS / REPASSE EM DINHEIRO
ACESSO / PARTICIPAÇÃO	INSCRIÇÕES GRATUITAS / ÁREA PCD /
ESTRUTURA DO EVENTO	TENDAS / MESAS / SOM / GRADIL / GRID
ENTRETENIMENTO DE LAZER	BANDA / DJ / BRINQUEDOS / LOCUTOR / ANIMADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
ANEXO II – DFD



MATERIAIS E EQUIP. EVENTOS	BARALHO / CAPAS / MAT. SECRETARIA DE PROVA
SERVIÇOS	AMBULÂNCIA / STAFF / GM / ELÉTRICA / LIMPEZA
ARBITRAGEM	ARBITRAGEM / CRONOMETRAGEM

**RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO**

Além de melhorar a qualidade do evento esportivo como um todo, há outros aspectos que são almejados através desta oferta, como:

Desenvolvimento Infantil;  
Inclusão Social;  
Fortalecimentos dos Vínculos Familiares;  
Valorização e ocupação dos Espaços Públicos;  
Fomento ao sentimento de comunidade;  
Redução do sedentarismo;

**QUANTIDADE A SER CONTRATADA**

A quantidade foi baseada de acordo com a memória de cálculo realizada pela secretaria para montar a LOA 2025 e seguindo o calendário esportivo e de lazer do município. Também previsto as camisas para atender os participantes da Escola de Esportes e Movimento.

**CALENDÁRIO DE EVENTOS SEMEL 2025**

**JANEIRO**

**3º Festival de Verão**

Jogos Campeonato Mineiro de Futebol

**FEVEREIRO**

**3º Festival de Verão**

**Domingo de Lazer**

**MARÇO**

Internacional Estrada Real

**Caravana do Esporte e Lazer**



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
ANEXO II – DFD



PREFEITURA  
**ITABIRITO**



Domingo de Lazer

Jogos Campeonato Mineiro de Futebol

ABRIL

Itabirito Trail Run

Caravana do Esporte e Lazer

Domingo de Lazer

Jogos Campeonato Mineiro de Futebol

Jogos Campeonato Brasileiro Série D

MAIO

Rolê na Estação

Golden Biker XCO

Abertura dos Jogos Escolares

Caravana do Esporte e Lazer

Domingo de Lazer

Jogos Campeonato Brasileiro Série D

JUNHO

3º Desafio Noturno

4º Torneio de Truco

Torneio / Campeonato de Ginástica

Caravana do Esporte e Lazer

Domingo de Lazer

Jogos Campeonato Brasileiro Série D

JULHO

Itacopa Sub-7

Itacopa Sub-11

Caravana do Esporte e Lazer

Jogos Campeonato Brasileiro Série D

AGOSTO

Golden Biker Maratona

3º Festival de Pipas e Papaquaios

Itacopa Sub-9



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
ANEXO II – DFD



PREFEITURA  
**ITABIRITO**



Itacopa Sub-13

Caravana do Esporte e Lazer

Domingo de Lazer

Jogos Campeonato Brasileiro Série D

SETEMBRO

5ª Meia Maratona Irenice Maria Rodrigues

Itacopa Sub-15

Itacopa Sub-17

Caravana do Esporte e Lazer

Domingo de Lazer

Jogos Campeonato Brasileiro Série D

OUTUBRO

Mega Caravana do Lazer

Itacopa Adulto

NOVEMBRO

Festival de Modalidades Coletivas

Campeonato de Capoeira

DEZEMBRO

Fegita

Destaque Esportivo

ESCOLA DE ESPORTES

900 participantes

MOVIMENTE

300 participantes

Diante desta relação de eventos a serem atendido e os apoios que o município faz, a quantidade estimada para 2025 é de:



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
ANEXO II – DFD



PREFEITURA  
**ITABIRITO**



OBJETO	QTDE
Locação de Brinquedos e Máquinas	
Kid Play Inflável	85
Guerra de Cotonete	4
Inflável Chute a Gol	2
Giro Radical	11
Inflável Pula Pula Grande	15
Piscina de Bolinha Simples	4
Quadra Inflável Futebol	10
Surf Radical	42
Tombo Legal	2
Máquina de Algodão Doce	43
Piscina de Bolinha Inflável	15
Tobogã Inflável Grande	76
Touro Mecânico	34
MultiPlay Gigante	21
Cama Elástica	84
Carinho de Pipoca	64
Centopeia Túnel Inflável	2
Área Kids	3
Inflável Pula Pula Médio	9
Tobogã com Piscina de Bolinhas	57
Tobogã Inflável Pequeno	9
Zorb Ball	2
Muro de Escalada	12
Locação de Espaço Kids	2
Pintura Artística	9
Oficina de Artes	26
Animação Infantil - Personagem	30
Animação Infantil - Mascote	5
Recreação Infantil	14

Memória de cálculo com o quantitativo Anexo I.

**PREVISÃO (DATA)**

A presente contratação deverá ser formalizada até dezembro de 2024, de modo a permitir o início da execução do objeto em janeiro de 2025 já atendendo aos primeiros eventos do ano.

Eduardo dos Reis Braga  
Secretário Municipal de Esportes e Lazer  
Decreto Municipal: 15.541/2024





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
ANEXO II – DFD

ANEXO I  
MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO	QTD	UNIT	TOTAL	FEST	TRAIL	ROLE	TRUÇO	GOLDEN	DESAFIO	PIPA	GOLDEN	MM	MEGA	CARAV	DOM. L	APORO
Locação de Brinquedos e Máquinas																
Kid Play Infável	85	R\$ 700,00	R\$ 59.500,00	12	1		1		1	1			10	20	24	15
Guerra de Cotonete	4	R\$ 650,00	R\$ 2.600,00				1		1				2			
Infável Chute a Gol	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00										2			
Giro Radical	11	R\$ 650,00	R\$ 7.150,00			1			1	1	1		2			5
Infável Pula Pula Grande	15	R\$ 650,00	R\$ 9.750,00									1	4			10
Piscina de Bolinha Simples	4	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00										4			
Quadra Infável Futebol	10	R\$ 700,00	R\$ 7.000,00										2		6	2
Surf Radical	42	R\$ 800,00	R\$ 33.600,00	12	1	1		1					2	20		5
Tombo Legal	2	R\$ 650,00	R\$ 1.300,00										2			
Máquina de Algodão Doce	43	R\$ 790,00	R\$ 33.970,00										4		24	15
Piscina de Bolinha Infável	15	R\$ 590,00	R\$ 8.850,00				1						4			10
Tobogã Infável Grande	76	R\$ 690,00	R\$ 52.440,00	12	1	1			1				2	20	24	15
Touro Mecânico	34	R\$ 1.200,00	R\$ 40.800,00				1			1		1	2		24	5
Multi Play Gigante	21	R\$ 990,00	R\$ 20.790,00	12									4			5
Cama Elástica	84	R\$ 365,00	R\$ 30.660,00	12	1	1		1			1		4	20	24	20
Caminho de Pipoca	64	R\$ 1.200,00	R\$ 76.800,00		1								4	20	24	15
Centopéia Túnel Infável	2	R\$ 740,00	R\$ 1.480,00										2			
Área Kids	3	R\$ 1.300,00	R\$ 3.900,00										3			
Infável Pula Pula Médio	9	R\$ 655,00	R\$ 5.895,00								1	1	2			5
Tobogã com Piscina de Bolinhas	57	R\$ 844,00	R\$ 48.108,00									1	2	20	24	10
Tobogã Infável Pequeno	9	R\$ 661,00	R\$ 5.949,00					1		1			2			5
Zorb Ball	2	R\$ 2.709,00	R\$ 5.418,00										2			
Muro de Escalada	12	R\$ 1.029,00	R\$ 12.348,00				1	1				1	4			5
Locação de Espaço Kids	2	R\$ 4.433,33	R\$ 8.866,66										2			
Pintura Artística	9	R\$ 1.091,00	R\$ 9.819,00										4			5
Oficina de Artes	26	R\$ 2.000,00	R\$ 52.000,00							2			4	20		
Animação Infantil - Personagem	30	R\$ 1.700,00	R\$ 51.000,00							2			8	20		
Animação Infantil - Mascote	5	R\$ 1.600,00	R\$ 8.000,00										2			3
Recreação Infantil	14	R\$ 1.000,00	R\$ 14.000,00							1			3	10		



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO  
ANEXO II – DFD



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

Unidade Demandante	SEMCULT	Data	09/07/2024
Demanda	AQUISIÇÃO DE ITENS PARA EVENTOS I INFRAESTRUTURA		
Descrição da Demanda	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA DE BRINQUEDOS DE RUA DE LAZER E SERVIÇOS DE ANIMAÇÃO INFANTIL, RECREAÇÃO, OFICINAS, APRESENTAÇÃO DE PERSONAGENS PARA EVENTOS DA SEMEL.		
Responsável pela Demanda	CARLUCCIA CARRAZZA GAMBOGI	Matrícula	45.636
E-mail do Responsável	carluccia.carrazza@pmi.mg.gov.br	Telefone	3563-2924
Fonte de Recurso	1500		

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Demandante	FLÁVIO BASTOS ABBAS	Matrícula	45.991
E-mail do Integrante Demandante	flavio.bastos@pmi.mg.gov.br	Telefone	31 3563-2924

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo, ao longo de sua programação anual, possui algumas intervenções infantis, como o espaço kids do carnaval, o espaço kids da Julifest, o Festival de Teatro e a Semana da Feira do Livro. Identificando como necessidade uma solução que atenda à promoção de eventos através de atrativos infantis para a população





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO**  
**ANEXO II – DFD**



**MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Investir em atividades e espaços voltados para o público infantil é essencial para fomentar a cultura desde a infância, promovendo a inclusão e o acesso às diversas manifestações culturais. Ao criar ambientes dedicados às crianças durante eventos culturais, a Secretaria não apenas proporciona entretenimento e educação, mas também fortalece o vínculo das famílias com a cultura local, incentivando a participação contínua e o desenvolvimento de uma comunidade culturalmente rica e engajada.

Além disso, esses espaços dedicados às crianças servem como um incentivo para que os pais e responsáveis participem mais ativamente dos eventos, sabendo que seus filhos terão atividades seguras, educativas e divertidas à disposição. Isso contribui para o aumento da adesão do público e para a diversificação das atividades culturais oferecidas pelo município, consolidando o papel da Secretaria como promotora de uma agenda cultural inclusiva e abrangente.

**RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO**

O resultado pretendido pela contratação neste caso, como já mencionado nos tópicos anteriores, pretende-se com este processo, adquirir os itens mencionados para melhorar eventos e a acessibilidade dos mesmos envolvendo a diversificação intergeracional entre crianças, jovens, adultos e idosos fortalecendo também vínculos sociais e familiares.

**QUANTIDADE A SER CONTRATADA**

LOTE 1	
NOME	QTDE SEMCULT
LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE CENTOPEIA TÚNEL INFLÁVEL	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO INFLÁVEL TIPO CIRCUITO	10 UNIDADES
LOCAÇÃO MURO ESCALADA INFLÁVEL GRANDE	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE TOBOGÁ INFLÁVEL PEQUENO	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOBOGÁ COM PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE BRINQUEDO TOURO MECÂNICO	10 UNIDADES
LOTE 2	
LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA	10 UNIDADES
LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E SERVIÇO DE ATENDIMENTO	10 UNIDADES
LOTE 3	
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - MASCOTES	25 UNIDADES



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO  
ANEXO II – DFD



PREFEITURA  
**ITABIRITO**



LOTE 4	
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL COM PERSONAGEM INFANTIL	15 UNIDADES
LOTE 5	
SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL – ANIMAÇÃO	10 UNIDADES
LOTE 6	
SERVIÇO DE OFICINA DE ARTES - DIVERSAS	30 UNIDADES
LOTE 7	
SERVIÇO DE PINTURA ARTISTICA	10 UNIDADES

O quantitativo apresentado acima está relacionado com a previsão de eventos já presentes em nosso calendário como o Carnaval, Julifest, Festival de Teatro e Feira do Livro.

**PREVISÃO (31/12/2024)**

A previsão para todo o processo de contratação e futura aquisição de equipamentos por registro de preço é que a mesma aconteça no ano de 2024.

Itabirito, 09 de Julho de 2024

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** JÚNIA GUIMARÃES MELILLO  
Data: 26/07/2024 14:49:09-0300  
Verifique em <https://validar.s.gov.br>

**Júnia Guimarães Melillo**  
Secretária Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo  
Ordenador de Despesas  
Decreto Municipal nº 15.035



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ANEXO II – DFD



PREFEITURA  
**ITABIRITO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE

Unidade Demandante	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Data	24/07/24
Demanda	Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de brinquedos e equipamentos de Rua de Lazer.		
Descrição da Demanda	Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de brinquedos e equipamentos de Rua de Lazer.		
Responsável pela Demanda	Veridiane E. S. Salvador de Oliveira	Matrícula	48023
E-mail do Responsável	Veridiane.oliveira@pmi.mg.gov.br	Telefone	3561-5523
Fonte de Recurso	1500		

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Demandante	Lorene Fernanda Silva Vimieiro	Matrícula	445839
E-mail do Integrante Demandante	lorene.vimieiro@pmi.mg.gov.br	Telefone	(31) 3561-5523

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A presente contratação está consonância com os objetivos gerais de promover o bem-estar social e combater o isolamento social, especialmente entre crianças e idosos, criando oportunidades para interações positivas e construção de amizades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ANEXO II – DFD



**MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Justifica-se esta solicitação de contratação tendo em vista os eventos previstos em 2025, considerando que a presente locação visa oferecer oportunidades para as crianças desenvolverem habilidades motoras, sociais e cognitivas de maneira lúdica e divertida, além de proporcionar um espaço onde crianças, adolescentes e até mesmo adultos podem interagir de forma positiva, promovendo a socialização e o espírito comunitário.

Os eventos da assistência social muitas vezes visam atrair famílias e comunidades para participar de atividades com adesão proporcionadas pela SEMDES. Brinquedos infláveis são atrativos que podem aumentar o interesse e a participação nessas ocasiões. Outro fator importante é que eventos que envolvem brinquedos infláveis criam oportunidades para que as famílias passem tempo juntas, fortalecendo os laços afetivos e promovendo a coesão familiar.

Assim, a presente contratação visa proporcionar momentos de diversão e entretenimento, mas também contribui significativamente para os objetivos educativos, sociais e comunitários das ações dos CRAS e eventos da assistência social.

**RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO**

A contratação pretendida propiciará um maior número de participantes para programas sociais oferecidos pelos CRAS, ampliando o alcance e impacto das iniciativas de assistência social.

**QUANTIDADE A SER CONTRATADA:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.
1	LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	UN	5
2	LOCAÇÃO DE CAMA ELASTICA GRANDE	UN	16
8	LOCAÇÃO DE INFLAVEL PULA-PULA GRANDE	UN	16
12	LOCAÇÃO DE MURO DE ESCALADA	UN	16
19	LOCAÇÃO DE TOBOGÁ INFLAVEL PEQUENO	UN	16
22	LOCAÇÃO DE PIPORQUEIRA COM O SERVIÇO DE ATENDIMENTO	UN	20





PREFEITURA  
**ITABIRITO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ANEXO II – DFD



PREFEITURA  
**ITABIRITO**



23	LOCAÇÃO DE MAQUINA DE ALGODÃO DOCE E SERVIÇO DE ATENDIMENTO	UN	20
25	SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL COM PERSONAGEM INFANTIL	UN	15
26	SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL – ANIMAÇÃO	UN	5
27	OFICINA DE ARTES - ATIVIDADES MANUAIS	UN	5
10	SERVIÇO DE PINTURA ARTISTICA	UN	5

**PREVISÃO (DATA)**

Fevereiro/25

Itabirito, 24 de julho de 2024

VERIDIANE ELAINE SOUZA  
SALVADOR DE  
OLIVEIRA:03937474684

Assinado de forma digital por  
VERIDIANE ELAINE SOUZA SALVADOR  
DE OLIVEIRA:03937474684  
Dados: 2024.07.24 15:32:35 -03'00'

Veridiane E. S. Salvador de Oliveira  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social  
Ordenador de Despesas  
Portaria Municipal nº15.425/2024



PREFEITURA  
**ITABIRITO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, CULTURA E TURISMO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**ANEXO II**



ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	UNITÁRIO MEDIANA	VALOR TOTAL	ATA JOINVILLE	ATA IGARATÁ	TERMO HOMO DIONÍSIO	ATA LUCAS DO RIO VERDE	HOMO ITATIBA	TERMO HOMO IPIRÁ	ATA SERINGUEIRA S	INTERNET RIZZO	INTERNET DI BRASIL	ATA 429 E 430/2024 PMI
LOCAÇÃO DE ÁREA KIDS	18	R\$ 1.300,00	R\$ 23.400,00					R\$ 1.300,00					R\$ 1.300,00
LOCAÇÃO DE CAMA ELÁSTICA GRANDE	106	R\$ 373,00	R\$ 39.538,00		R\$ 400,00	R\$ 373,00	R\$ 250,00	R\$ 580,00	R\$ 250,00		R\$ 220,00		R\$ 385,00
LOCAÇÃO DE CENTOPÉIA TÚNEL INFLÁVEL	12	R\$ 820,87	R\$ 9.850,38					R\$ 970,00	R\$ 450,00	R\$ 901,73			R\$ 740,00
LOCAÇÃO DE ESCORREGADOR RADICAL	3	R\$ -	R\$ -									R\$ -	
LOCAÇÃO DE GIRO RADICAL	25	R\$ 650,00	R\$ 16.250,00										R\$ 650,00
LOCAÇÃO DE GUERRA DE COTONETE	2	R\$ 820,00	R\$ 1.640,00	R\$ 820,00			R\$ 830,00	R\$ 1.280,00	R\$ 400,00	R\$ 910,85	R\$ 350,00		R\$ 650,00
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL CHUTE A GOL	7	R\$ 375,00	R\$ 2.625,00								R\$ 250,00		R\$ 500,00
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL PULA-PULA GRANDE	66	R\$ 500,00	R\$ 33.000,00		R\$ 275,00			R\$ 830,00	R\$ 350,00	R\$ 810,85	R\$ 220,00		R\$ 650,00
LOCAÇÃO DE INFLÁVEL TIPO CIRCUITO	14	R\$ 1.230,00	R\$ 17.220,00					R\$ 1.230,00					
LOCAÇÃO DE KID PLAY INFLÁVEL	30	R\$ 700,00	R\$ 21.000,00		R\$ 450,00		R\$ 800,00	R\$ 800,00			R\$ 590,00		R\$ 700,00
LOCAÇÃO DE MULTI PLAY GIGANTE	72	R\$ 1.270,00	R\$ 91.440,00					R\$ 1.550,00					R\$ 990,00
LOCAÇÃO DE MURO ESCALADA INFLÁVEL GRANDE	45	R\$ 1.199,67	R\$ 53.985,15					R\$ 1.600,00		R\$ 1.199,67			R\$ 1.029,00
LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA INFLÁVEL	36	R\$ 620,00	R\$ 22.320,00				R\$ 650,00	R\$ 620,00	R\$ 350,00	R\$ 877,74			R\$ 590,00
LOCAÇÃO DE PISCINA DE BOLINHA SIMPLES	5	R\$ 345,00	R\$ 1.725,00	R\$ 430,00	R\$ 400,00	R\$ 345,00	R\$ 300,00		R\$ 300,00		R\$ 260,00		R\$ 450,00
LOCAÇÃO DE QUADRA INFLÁVEL DE FUTEBOL	18	R\$ 1.058,00	R\$ 19.044,00		R\$ 900,00	R\$ 1.084,00	R\$ 1.400,00	R\$ 979,00	R\$ 1.100,00	R\$ 1.849,67	R\$ 1.032,00		R\$ 700,00
LOCAÇÃO DE SLACKLINE COM SUPORTE PARA SOLO	9	R\$ 499,00	R\$ 4.491,00									R\$ 499,00	
LOCAÇÃO DE SURF RADICAL	28	R\$ 800,00	R\$ 22.400,00						R\$ 800,00				R\$ 800,00
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL GRANDE	36	R\$ 713,00	R\$ 25.668,00		R\$ 500,00	R\$ 713,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.020,00	R\$ 700,00	R\$ 1.799,00			R\$ 690,00
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ INFLÁVEL PEQUENO	63	R\$ 699,00	R\$ 44.037,00	R\$ 800,00	R\$ 275,00	R\$ 699,00	R\$ 900,00	R\$ 890,00	R\$ 550,00	R\$ 1.637,25	R\$ 580,00		R\$ 661,00
LOCAÇÃO DE TOBOGÃ PISCINA DE BOLINHA	25	R\$ 600,00	R\$ 15.000,00				R\$ 600,00				R\$ 380,00		R\$ 844,00
LOCAÇÃO DE TOURO MECÂNICO	37	R\$ 1.200,00	R\$ 44.400,00		R\$ 900,00		R\$ 1.200,00	R\$ 1.340,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.693,50			R\$ 1.200,00
LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PIPOCA	91	R\$ 1.050,00	R\$ 95.550,00		R\$ 450,00			R\$ 1.210,00	R\$ 900,00				R\$ 1.200,00
LOCAÇÃO DE MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE	96	R\$ 795,00	R\$ 76.320,00		R\$ 650,00			R\$ 1.190,00	R\$ 800,00				R\$ 790,00
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL - MASCOTES	27	R\$ 1.600,00	R\$ 43.200,00										R\$ 1.600,00
SERVIÇO DE ANIMAÇÃO INFANTIL PERSONAGEM INF	59	R\$ 1.345,00	R\$ 79.355,00					R\$ 990,00					R\$ 1.700,00
SERVIÇO DE RECREAÇÃO INFANTIL	19	R\$ 795,00	R\$ 15.105,00					R\$ 590,00					R\$ 1.000,00
SERVIÇO DE OFICINA DE ARTES - DIVERSAS	45	R\$ 1.825,00	R\$ 82.125,00					R\$ 1.650,00					R\$ 2.000,00
SERVIÇO DE PINTURA ARTÍSTICA	45	R\$ 800,00	R\$ 36.000,00		R\$ 105,00			R\$ 800,00					R\$ 1.091,00
LOCAÇÃO DE CARRETA DA ALEGRIA	2	R\$ 12.259,00	R\$ 24.518,00							R\$ 12.259,00			
			<b>R\$ 961.206,53</b>										



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2024**

(Processo Administrativo nº 252/2024)

(Registro de Preços nº 050/2024)

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Diretoria de Licitações e Contratos, nos termos do Capítulo 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2024</b>					
<b>Nome da empresa:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>Endereço:</b>					
<b>CEP:</b>					
<b>Telefone: (DDD)</b>					
<b>E-mail:</b>					
<b>Dados Bancários:</b>					
<b>Nome</b> do Representante legal da empresa: (que irá assinar o Contato)					
<b>CPF:</b> (do representante legal da empresa que irá assinar o Contrato)					
<b>LOTE 01</b>					
<b>Item</b>	<b>UM</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Descrição</b>	<b>Preço Unit.</b>	<b>Preço Total</b>
001	UN	18	LOCACAO DE ESPACO KIDS		
002	UN	106	LOCACAO DE CAMA ELASTICA		
003	UN	12	LOCACAO DE CENTOPEIA TUNEL INFLAVEL		
004	UN	3	LOCACAO DE ESCORREGADOR RADICAL		
005	UN	25	LOCACAO DE BRINQUEDO GIRO RADICAL		
006	UN	2	LOCACAO DE BRINQUEDO GUERRA DE COTONETES COM COLCHAO INFLAVEL		
007	UN	7	LOCACAO DE BRINQUEDO CHUTE A GOL		
008	UN	66	LOCACAO DE BRINQUEDO INFLAVEL PULA PULA GRANDE		
009	UN	14	LOCACAO DE BRINQUEDO INFLAVEL TIPO CIRCUITO		
010	UN	30	LOCACAO KID PLAY INFLAVEL		
011	UN	72	LOCACAO DE BRINQUEDO MULTI PLAY		
012	UN	45	LOCACAO MURO ESCALADA INFLAVEL GRANDE		
013	UN	36	LOCACAO DE PISCINA DE BOLINHAS CASTELINHO INFLAVEL		
014	UN	5	LOCACAO DE BRINQUEDO PISCINA DE BOLINHA SIMPLES		





015	UN	18	LOCACAO DE BRINQUEDO QUADRA DE FUTEBOL INFLAVEL		
016	UN	9	LOCACAO DE SLACKLINE COM SUPORTE DE SOLO		
017	UN	28	LOCACAO DE BRINQUEDO SURF RADICAL		
018	UN	36	LOCACAO DE TOBOGA INFLAVEL GRANDE		
019	UN	63	LOCACAO DE TOBOGA INFLAVEL PEQUENO		
020	UN	25	LOCACAO DE TOBOGA COM PISCINA DE BOLINHA		
021	UN	37	LOCACAO DE TOURO MECANICO		
VALOR TOTAL					
<b>LOTE 02</b>					
022	UN	91	LOCACAO DE CARRINHO DE PIPOCA		
023	UN	96	LOCACAO DE MAQUINA DE ALGODAO DOCE		
VALOR TOTAL					
<b>ITEM</b>					
024	UN	27	SERVICO DE ANIMACAO INFANTIL DE MASCOTES		
VALOR TOTAL					
<b>ITEM</b>					
025	UN	59	SERVICO DE ANIMACAO INFANTIL DE PESONAGENS INFANTIS		
VALOR TOTAL					
<b>ITEM</b>					
026	UN	19	SERVICO DE RECREACAO INFANTIL ANIMACAO		
VALOR TOTAL					
<b>ITEM</b>					
027	UN	45	SERVICO DE OFICINA DE ARTES DIVERSAS		
VALOR TOTAL					
<b>ITEM</b>					
028	UN	45	SERVICO DE PINTURA ARTISTICA		
VALOR TOTAL					
<b>ITEM</b>					
029	UN	2	LOCACAO DE CARRETA DA ALEGRIA		
VALOR TOTAL					

**Validade da proposta: não inferior a 60 (sessenta) dias.**

**Instruções de preenchimento:**



A licitante deverá informar os preços unitários dos itens, total dos itens, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos (duas casas decimais).

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2024**

(Processo Administrativo nº 252/2024)

(Registro de Preços nº 050/2024)

**ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O **MUNICÍPIO DE ITABIRITO**, inscrito sob o CNPJ nº 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228, neste representado pelo Secretário(a) Municipal de Esportes e Lazer, Sr.(a) Eduardo dos Reis Braga, consoante delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Decreto Municipal nº 15.938/2024, pela Secretário(a) Municipal Patrimônio Cultural e Turismo, Sra. Júnia Guimarães Melillo, conforme Decreto 15.035/2023 e pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Sra. Veridiane Elaine Souza Salvador de Oliveria, conforme Decreto 15.425/2024, de **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS**, visando a Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de brinquedos e recreação infantil atendendo aos eventos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Itabirito, como Órgão Gerenciador, durante o exercício de 2024, no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2024, REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2024**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme consta dos autos do Processo Licitatório nº 252/2024, regido na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 14.754, de 10 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Nova Lei de Licitações no âmbito Municipal, na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a defesa do consumidor, com suas alterações subsequentes:

**(NOME DA EMPRESA)**, inscrita sob CNPJ nº xxxxxxxx, sediada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, inscrito(a) sob o CPF nº xxx.xxx.xx-x.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto selecionar propostas para Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de brinquedos e recreação infantil atendendo aos eventos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Itabirito, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências que serão estabelecidas neste instrumento, conforme abaixo demonstrado:

Item	UM	Qtde.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
Valor total:					

1.2. Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, a Proposta da



CONTRATADA, o Edital do Pregão Eletrônico nº **90082/2024**, e demais elementos constantes no Processo Licitatório nº 252/2024.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A validade da ata está prevista no art. 82 da Lei 14.133/2021, que estabelece que a ata de registro de preços tem **validade de até 1 ano**, prorrogável por igual período de acordo com o interesse público e desde que devidamente justificado.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Está estabelecido, no Cadastro de Reserva, constante do Compras.gov, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

3.2. A ordem de classificação, disposta no inciso anterior, será respeitada quando da necessidade de realização das contratações.

3.3. A classificação a que se referem os itens 3.1 e 3.2 respeitará a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação.

3.4. As contratações as quais se referem esta cláusula serão formalizadas no caso de exclusão do licitante detentor da ata, nas hipóteses previstas na cláusula de cancelamento dos preços.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Os licitantes vencedores serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de no máximo 5 (cinco) dias úteis.

4.2. O prazo estabelecido no inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

4.3. É facultado à Administração, quando o licitante vencedor convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Cláusula Terceira desta Ata, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.4. A recusa injustificada do licitante vencedor ou dos classificados no cadastro reserva em assinar a Ata, dentro do prazo estabelecido no inciso I desta, ensejará a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, e definido no Termo de Referência ou Projeto Básico.

5.2. Deverá ser respeitada, quando da formalização do instrumento contratual ou correlatos, a vigência estabelecida no instrumento convocatório.

5.3. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade desta Ata.



## **6. CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

- 6.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços.
- 6.2. Os contratos firmados decorrentes desta Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO DOS PREÇOS**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações nos preços registrados, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas às disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021.
- 7.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os licitantes para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.
- 7.3. Será respeitada a ordem de classificação, prevista na cláusula terceira, dos licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.4. Os licitantes que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 7.5. Na ocorrência dos preços registrados na Ata tornarem-se inferiores aos praticados pelo mercado e o licitante não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 7.5.1. Liberar o licitante do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 7.5.2. Convocar os demais licitantes, registrados em cadastro reserva, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.6. Não havendo êxito na negociação, o Município de Itabirito procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada quando o licitante:
- 8.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata;
- 8.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 8.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticados no mercado; ou
- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.
- 8.2. O cancelamento do Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.4, será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer também por fato superveniente, decorrente



de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

8.3.1. Por razão de interesse público; ou

8.3.2. A pedido do fornecedor.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

9.1. Compete ao órgão gerenciador:

9.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Providenciar a assinatura desta Ata e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;

9.1.3. Providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos;

9.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e

9.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DEVERES DO LICITANTE VENCEDOR**

10.1. Compete ao licitante vencedor:

10.1.1. Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e seus Anexos.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Desde que realizado estudo e devidamente demonstrado o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade, esta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante concordância por parte do órgão gerenciador.

11.2. Os órgãos ou entidades não participantes, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

11.3. As autorizações de adesões desta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.4. Os quantitativos decorrentes das adesões desta Ata não excederão, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.5. Caberá ao licitante, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e/ou futuras decorrentes desta Ata, assumidas tanto com o órgão gerenciador quanto com os órgãos participantes.

11.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou



contratação solicitada, em até 90 (noventa) dias, observado o prazo da vigência da ata.

11.7. É de competência do órgão ou entidade que aderiu à ata, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo licitante das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

12.1. O Licitante que inadimplir as obrigações assumidas nesta Ata, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções e ao pagamento de multas previstas, conforme o caso, no Edital e no Termo de Referência.

## **13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Esta Ata de Registro de Preços implica compromisso de fornecimento nas condições aqui estabelecidas, bem como no Edital e seus anexos, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

13.2. A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

## **14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. É competente o Foro da Comarca de Itabirito-MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

14.2. E por estarem justas e compromissadas, assinam a presente Ata, para todos os fins de direito.

Itabirito, XX de XXXXXXXX de XXXX.

**Eduardo dos Reis Braga**  
Secretário Municipal de Esportes e  
Lazer  
Prefeitura Municipal de Itabirito

**Júnia Guimarães Melillo**  
**Secretária Municipal de Patrimônio,**  
**Cultural e Turismo**  
Prefeitura Municipal de Itabirito

**Veridiane Elaine Souza Salvador**  
**de Oliveria**  
Secretária Municipal de  
Desenvolvimento Social  
Prefeitura Municipal de Itabirito

**Natalie Anne Maria Gonçalves**  
Gestor da Ata  
Prefeitura Municipal de Itabirito

**Flávio Bastos Abbas**  
Gestor Suplente da Ata  
Prefeitura Municipal de Itabirito

XXXXXXXXXX  
Empresa  
Representante legal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2024**

(Processo Administrativo nº 252/2024)

**CONTRATO Nº**

**ANEXO IV – MINUTA TERMO DE CONTRATO**

OBJETO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE ITABIRITO E CONTRATADA.

O **MUNICÍPIO DE ITABIRITO**, inscrito sob o CNPJ nº 18.307.835/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Junior, nº 635, Praia, Itabirito/MG, CEP: 35.450-228 neste representado pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Sr. Eduardo dos Reis Braga, consoante delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Decreto Municipal nº 15.829/2024, pela Secretária Municipal Patrimônio Cultural e Turismo, Sra. Júnia Guimarães Melillo, conforme Decreto 15.035/2023 e pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Sra. Veridiane Elaine Souza Salvador de Oliveria, conforme Decreto 15.425/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediada na ....., telefone: ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., portador do CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 252/2024, e em observância às disposições da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico da Licitação nº 90082/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de brinquedos e recreação infantil atendendo aos eventos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Patrimônio, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Social do Município de Itabirito, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.4. O Termo de Referência;
- 1.5. O Edital de Licitação;
- 1.6. A Proposta do contratado; e
- 1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da proposta no certame licitatório.

7.2. Durante o prazo o prazo de vigência, os preços os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente cm base no IPCA, observando o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

8.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

8.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 8.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 8.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 8.10. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 8.11. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 8.12. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. A contratada deverá se orientar para as exigências solicitadas no descritivo do Termo de Referência deste processo, para garantir a qualidade dos brinquedos e dos serviços de recreação.
- 9.3. A contratada deverá se apresentar no local da prestação de serviço, mínimo 01 hora de antecedência do início do evento ou sendo combinado o horário de chegada com cada secretaria solicitante.
- 9.4. O preço unitário da prestação de serviços de locação de brinquedos e serviços de recreação consta quantos profissionais e monitores deve conter.
- 9.5. O transporte, alimentação, hospedagem, bem como quaisquer gastos para o (s) local (s) dos jogos correrá por conta da Contratada.
- 9.6. Caso haja cancelamento de algum evento já solicitado, a Contratante deverá informar a Contratada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do evento, sem nenhum ônus para a Contratante.
- 9.7. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 1990;
- 9.9. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.10. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



- 9.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 9.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.13. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 9.14. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 9.15. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 9.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 9.17. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.18. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea d, art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;



9.24. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.25. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.27. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.29. A Contratada deverá se responsabilizar pela disponibilização dos materiais utilizados na prestação de serviços, como apitos, cartões amarelos, vermelho, uniformes dos profissionais que irão arbitrar.

9.30. Os preços ofertados pelas empresas licitantes vencedoras deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);

9.31. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo e outras;

9.32. Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade.

9.33. Início da execução do objeto:

9.33.1. O início da execução do serviço será através da Ordem de Fornecimento do serviço de arbitragem com as informações.

9.34. Cronograma de realização dos serviços:

9.34.1. Este item não se aplica, pois é um serviço comum e eventual.

9.34.2. Será realizado os pedidos de acordo com a demanda de cada secretaria, e este atendimento será nos 12 meses do ano.

9.35. **Local e Horário da prestação dos serviços**





Os locais para a prestação de serviços deste objeto serão as instalações públicas e/ou privadas do município de Itabirito, considerando os locais como a área urbana e distritos rurais, logo também como bairros afastados da região central da cidade como Balneário Água Limpa, Marzagão e Portões.

#### **9.36. Materiais a serem disponibilizados**

9.36.1. A empresa vencedora deverá fornecer todo o material necessário para a execução dos serviços como:

9.36.2. Uniformes, materiais de pintura, oficinas, descartáveis, equipamentos e acessórios, fantasias, dentre outros.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades previstos na legislação de proteção de dados pessoais vigente, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados, que os Dados Protegidos sejam utilizados na extensão autorizada pela legislação.

10.2. Havendo qualquer tipo de tratamento de dados pessoais pelas partes, entendendo-se por tratamento, a especificação contida na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/18, se obrigam a fazê-lo para exclusivo cumprimento do presente instrumento e respeitando o alcance de respectivas autorizações e consentimentos e legítimo interesse.

10.3. O CONTRATANTE é exclusivamente responsável pela coleta dos dados pessoais das partes envolvidas, nos termos da legislação vigente e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na condição de controlador dos dados, os quais deverão ser transferidos ao CONTRATADO para a execução do contrato, que realizará o tratamento dos dados na condição de operador.

10.3.1. O CONTRATANTE deve diligenciar o enquadramento das atividades das quais seja CONTROLADOR nas bases legais descritas na lei, inclusive coletando o consentimento dos titulares, caso seja necessário.

10.4. O eventual descumprimento de quaisquer deveres ou obrigações legais, contratuais, judiciais ou administrativos por uma das partes, não gera responsabilidade solidária ou subsidiária da outra parte, ficando somente a parte infratora, nos termos da lei, sujeita às sanções legais e contratuais pertinentes.

10.5. Qualquer incidente relacionado à proteção de dados pessoais, ao processamento de tais dados ou qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATANTE, deverá ser comunicado ao CONTRATADO no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da confirmação da ocorrência.

10.6. O presente contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATADO ou dos seus empregados, clientes, fornecedores e parceiros para o CONTRATANTE.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO**

11.1. As partes deverão atender às disposições contidas na Lei 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual durante todo o período contratual, conduzirá suas práticas comerciais de forma





ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

11.2. As partes manterão sigilo absoluto sobre os dados, materiais, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais de propriedade uma da outra, que tenham sido desenvolvidos durante sua vigência, ou que eventualmente tenham conhecimento em razão deste instrumento.

11.3. As partes se obrigam a não publicar, divulgar, colocar à disposição ou fazer uso sem autorização, por qualquer forma ou meio, direta ou indiretamente, das informações consideradas confidenciais nos termos do item XXXX, sob pena de incorrer em infração grave e dar justa causa à rescisão deste instrumento, respondendo legalmente por eventuais perdas e danos decorrentes da não observância desse item.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 12.2 deste contrato.

12.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.6, observada a legislação que rege a matéria.

12.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.



12.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.

12.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

12.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do art. 3º, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3. A sanção de multa terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado, isolada ou cumulativamente as demais sanções previstas no item 13.2, pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas citadas no item 13.1.

13.3.1. A multa moratória será aplicada nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, conforme art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.2. A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, sendo estabelecidas em razão do grau de importância da obrigação desatendida, na forma prevista em instrumento convocatório ou contrato, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

13.3.3. A multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.4. A multa compensatória de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021, será de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

- I - tumultuar a sessão pública da licitação;
- II - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
- IV - deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
- VI - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- VIII - não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;



- IX - deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- X - manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

13.5. Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal será aplicada pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período de até dois anos.

II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período de até três anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de até dois meses.

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.

**V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período de até seis meses.**

**VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena - impedimento pelo período de até um ano.**

13.6. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:



I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - até quatro anos.

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - até seis anos. III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - até seis anos. IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - até cinco anos. V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - até seis anos.

13.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.8. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.8.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.8.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)



13.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.





14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 02.027.001

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 27.812.2712. 6122

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

V) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00

VI) Ficha 416

I) Gestão/Unidade: 02.028.001

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 13.392.1392. 6123

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

V) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00

VI) Ficha 446

I) Gestão/Unidade: 02.028.001

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 13.392.1392. 6123

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

V) Plano Interno: 3.3.90.39.05.00

VI) Ficha 446

I) Gestão/Unidade: 02.028.001

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 13.392.1392. 6123





IV)Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

V) Plano Interno: 3.3.90.39.20.00

VI)Ficha 446

I) Gestão/Unidade: 02.034.001

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 08.244.0841. 6136

IV)Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

V) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00

VI)Ficha 884

I) Gestão/Unidade: 02.034.001

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 08.244.0801. 6137

IV)Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

V) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00

VI)Ficha 848

I) Gestão/Unidade: 02.034.001

II) Fonte de Recursos: 1500

III) Programa de Trabalho: 08.242.0802. 6138

IV)Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

V) Plano Interno: 3.3.90.39.13.00

VI)Ficha 816

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itabirito para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19.2.

Itabirito, 20 de setembro de 2024

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

\_\_\_\_\_  
GESTOR

\_\_\_\_\_  
FISCAL

\_\_\_\_\_  
GESTOR SUPLENTE

\_\_\_\_\_  
FISCAL SUPLENTE



PREFEITURA  
**ITABIRITO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRITO/MG (UASG 984637)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90082/2024**

(Processo Administrativo nº 252/2024)

(Registro de Preços nº 050/2024)

**ANEXO V – DECRETO E INSTRUÇÕES NORMATIVAS PERTINENTES**

**Disponível em:**

<https://drive.google.com/drive/folders/1t7BxgsQ-hfXqE6jpWyrBVpp0pLhXhlc?usp=sharing>